



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEAS**

FERNANDA MAURICIO DA SILVA

**A CONVERSAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE
PROGRAMAS JORNALÍSTICOS TELEVISIVOS**

Salvador
2010

FERNANDA MAURICIO DA SILVA

**A CONVERSAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE
PROGRAMAS JORNALÍSTICOS TELEVISIVOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Orientadora: Profa. Dra. Itania Gomes

Salvador
2010

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Silva, Fernanda Mauricio da.

A conversação como estratégia de construção de programas jornalísticos televisivos /
Fernanda Mauricio da Silva. - 2010.
294 f. : il.

Orientadora: Profª Drª Itania Maria Mota Gomes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador,
2010.

1. Telejornalismo. 2. Conversação. 3. Estudos culturais. 4. Democracia. 5. Entretenimento.
I. Gomes, Itania Maria Mota. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação.
III. Título.

CDD - 070.195
CDU - 070:654.19

A

Itania Gomes, minha orientadora, testemunha da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelos esforços - em todos os sentidos – em me dar uma boa formação.

A Mauricio, pela paciência em ouvir minhas idéias mais entusiasmadas e minhas queixas mais desanimadas.

A minhas irmãs, Carla, Paula e Renata, por terem formado meu caráter.

A Felipe Pichler, meu refúgio.

A minha orientadora, Itania Gomes, a quem admiro a vontade, coragem, persistência, disciplina e tantas outras características.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo (os que estão e os que já passaram), pelas críticas e contribuições. Um agradecimento especial para Jussara Maia, Juliana Gutmann e Karina Araújo.

Aos alunos que passaram por mim. Até hoje não sei foram eles que aprenderam comigo, ou o contrário. Agradeço especialmente a Lindiwe Aguiar pelo auxílio com a parte técnica.

A Ivã Márcio e Maria Helena Gomes pela ajuda na finalização da tese.

Ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pelo suporte nessa formação acadêmica.

À Capes, pelo financiamento desta pesquisa e pela bolsa de estágio doutoral.

A François Jost e Evelyne Cohen, pela receptividade durante o delicioso período do sanduíche na Paris III.

A Deus, sem o qual nada disso seria possível.

Entender o jornalismo como parte da cultura contemporânea
requer perceber
a maneira como ele funciona como ambos: um conjunto de
instituições sociais concretas
e um repertório de práticas literárias historicamente forjados.

Michael Schudson, 2003

SILVA, Fernanda Mauricio. **A conversação como estratégia de construção de programas jornalísticos televisivos**. 342f. il. 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RESUMO

Cada vez mais, as emissoras de televisão apostam na transmissão de informações por meio dos diálogos entre jornalistas e convidados: programas de entrevistas, de debates e telejornais, que modificaram a tradicional função dos apresentadores de ler as notícias, para transmiti-las através de uma conversa. A presente tese propõe-se a compreender os lugares, papéis e configurações da conversação nos programas jornalísticos televisivos que a utilizam como principal estratégia na relação com a audiência. Este estudo ancora-se nas formulações dos Estudos Culturais ingleses e latino-americanos como instrumento teórico-metodológico para pensar: primeiro, na conversação como estratégia de construção dos programas individualmente, o que foi feito por meio do conceito de *modo de endereçamento*, que diz respeito ao tom e estilo dos programas. Em segundo lugar, na relação entre o uso da conversação e estruturas mais amplas que norteiam os modos de leitura e escritura. Para isso, foi utilizado o conceito de *gênero televisivo* (e suas variantes, os subgêneros), concebido como uma estratégia de comunicabilidade histórica e socialmente formada. Por fim, foi necessário considerar que os recentes papéis da conversação no telejornalismo devem ser compreendidos a partir de uma dimensão processual, o que foi feito através do conceito de *estrutura de sentimento*, conceito dá conta dos movimentos de construção de um modelo dominante de telejornalismo e das possíveis alternativas que o tencionam. Para as análises foram selecionadas dez edições de seis programas da televisão brasileira: *Observatório da Imprensa* (TV Brasil), *Roda Viva* (TV Cultura), *Jornal das Dez* (Globo News), *Bom Dia Brasil* (Rede Globo), *Sem Censura* (TV Brasil) e *Marília Gabriela Entrevista* (GNT), gravados durante um período variado de 2006 a 2009. Por meio das análises, foi possível constatar pelo menos duas dimensões mais evidentes sobre a conversação no telejornalismo. Primeiro, o emprego da conversação como estratégia para que o jornalismo efetue seu papel na democracia promovendo uma arena de discussão de temas de interesse público. Associadas a esta dimensão, é recorrente o uso de expressões como “discussão” e “debate”, que ratificam um lugar discursivo de aprofundamento das informações, participação e busca pela verdade. Em segundo lugar, a conversação é apresentada à audiência como a forma verbal por meio da qual o jornalismo televisivo se aproxima do campo do entretenimento, possibilitando novas formas de recepção de seus produtos, baseadas na informação aliada à diversão e ao prazer. Nesse caso, a conversação provoca um efeito de espontaneidade, uma vez que a conversação em cena busca assemelhar-se às conversas casuais da vida cotidiana. A conclusão aponta três modelos em que a conversação se mostra mais evidente no telejornalismo - a conversa informativa, argumentativa e testemunhal - e o modo como essas práticas conversacionais empregadas pelos mediadores provocam transformações no telejornalismo: a retomada da matriz opinativa; a valorização dos testemunhos pessoais como prova de veracidade das informações; e uma inclinação do telejornalismo a uma temática voltada para o cotidiano.

Palavras-chave: telejornalismo; conversação; estudos culturais; democracia; entretenimento.

SILVA, Fernanda Mauricio. **The conversation as a strategy for the television journalism.** 342f. il. 2010. Doctoral thesis - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ABSTRACT

Increasingly, television broadcasting seeks to transmit information through the dialogue between journalists and guests: talk shows, debates and news programs, which changed the traditional role of the presenters reading the news, to transmit them through a conversation. This thesis seeks to understand the recent forms of appropriation of conversation in television news programs that use it as the main strategy in their configuration. This study is based on the formulation of british and latin-american Cultural Studies as a tool for theoretical and methodological approach to understand: first, conversation as a strategy of building individual program, which was done through the concept of mode of address, which relates to the tone and style of programs. Secondly, the relationship between the use of conversation and wider structures that guide the ways of reading and writing. To reach that goal, it was used the concept of genre (and its variants, i.e., subgenres), a communicative strategy formed historically and socially. Finally, it was necessary to consider that recent conversation roles in TV journalism should be understood from a procedural dimension, which was done through the concept of structure of feeling, concept that gives an account of the movement to build a dominant model of journalism and of possible alternatives that intend to. For the analysis, ten editions of six brazilians TV shows were chosen for this study: *Observatório da Imprensa* (TV Cultura), *Roda Viva* (TV Brasil), *Jornal das Dez* (Globo News), *Bom Dia Brasil* (Rede Globo), *Sem Censura* (TV Brasil), and *Marília Gabriela Entrevista* (GNT), recorded between 2006 and 2009. Through analysis, it was possible to see at least two dimensions that are most relevant on the conversation in journalism. Firstly, the use of conversation as a strategy for promoting the role of journalism in democracy: promoting an arena for debate on subjects of public interest. Associated with this aspect, the use of terms such as “discussion” and “debate” are recurrent, supporting its discursive role of widening information and the search for truth. Secondly, conversation is presented to the audience as a verbal means through which television journalism enters the field of entertainment, giving way to new forms of reception of its products, based on informativity, together with fun and pleasure. In this case, conversation is used by the programs as a way of attributing authenticity to the mediators’ discourse, as a result of the spontaneity seen in the relations established through conversation in the programs. The conclusion indicates three models in which conversation is more evident in telejournalism - informative, argumentative, and testimonial – and the way in which these models used by mediators have incited transformations in journalism: the use of personal opinions as the source of relevant and detailed information; the valuing of testimonies as proofs of the truth (as they allow the audience to identify with situations lived by others); and a tendency for telejournalism to deal with everyday themes.

Key-words: telejournalism, conversation, cultural studies, democracy, entertainment.

SILVA, Fernanda Mauricio. **La conversation comme une stratégie pour la construction des programmes de journalisme télévisés.** 342f. il. 2010. Thèse de doctorat - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RÉSUMÉ

De plus en plus, les chaînes de télévision transmettent l'information à travers un dialogue entre les journalistes et les invités : des talk-shows, des débats et des émissions de nouvelles, qui ont changé le rôle traditionnel des présentateurs lecture des nouvelles, de les transmettre à travers une conversation. Cette thèse vise à comprendre les lieux, les rôles et les paramètres de la conversation dans les programmes de journalisme télévisé qui l'utilisent comme une stratégie principale par rapport à l'audience. Cette étude est ancrée dans les formulations des études culturelles de l'Angleterre et d'Amérique latine comme un outil de réflexion théorique et méthodologique: d'abord, dans la conversation comme une stratégie de construction de chaque programme, qui a été fait par l'intermédiaire du concept de mode d'adressage, qui dit ce qui concerne le ton et le style de programmes. Deuxièmement, la relation entre l'utilisation de la conversation et plus large des structures qui guident les moyens de lecture et d'écriture. Pour ce faire, nous avons utilisé le concept de genre (et ses variantes, les sous-genres), conçu comme une stratégie de transmissibilité historiquement et socialement constitué. Enfin, il est nécessaire de considérer que les rôles récente conversation dans le journalisme de télévision devrait être comprise à partir d'une dimension procédurale, qui a été fait par l'intermédiaire du concept de structure du sentiment, concept que rend compte du mouvement pour construire un modèle dominant du journalisme et de des alternatives possibles qui ont l'intention. Pour l'analyse, nous avons sélectionné dix éditions de six programmes de la télévision brésilienne: *Observatório da Imprensa* (TV Cultura), *Roda Viva* (TV Brasil), *Jornal das Dez* (Globo News), *Bom Dia Brasil* (Rede Globo), *Sem Censura* (TV Brasil), and *Marília Gabriela Entrevista* (GNT), constaté pendant une période allant de 2006 à 2009. Grâce à l'analyse, il était possible de voir au moins deux dimensions qui sont plus évidents sur la conversation dans le journalisme. Premièrement, l'utilisation de la conversation comme une stratégie visant à faire du journalisme leur rôle dans la démocratie par la promotion d'une arène pour les débats sur des sujets d'intérêt public. Associé à cette dimension est l'utilisation récurrente des termes tels que «débat» qui confirment un lieu d'approfondissement de l'information discursive, la participation et la vérité. Deuxièmement, la conversation est présenté aux spectateurs comme la forme à travers lequel le journalisme de télévision se trouve à proximité du domaine du divertissement, permettant à de nouvelles façons de recevoir vos produits basés sur l'information associée à l'amusement et le plaisir. Dans ce cas, la conversation conduit à un effet de spontanéité, à cause de le ressemblement aux conversations informelles de la vie quotidienne. La conclusion expose trois modèles dans lesquels la conversation est plus évidente dans les programmes de journalisme - la conversation informative, argumentative et des témoignages - et comment ces pratiques conversationnelles employées par les médiateurs causer des changements dans le journalisme de télévision: le retour de la matrice de jugement, la reprise de témoignages personnels la preuve de la véracité de l'information, et une inclinaison de journalisme à un thème axé sur le quotidien.

Mots-clés: journalisme télévisé, conversation, études culturelles, démocratie, divertissement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alberto Dines e o cenário do programa	81
Figura 2: Imagens da vinheta do <i>Observatório da Imprensa</i>	82
Figura 3: Locução no <i>Observatório da Imprensa</i>	83-85
Figura 4: enquadramento dos participantes no mesmo plano	89
Figura 5: resultado da enquete do <i>Observatório da Imprensa</i>	98
Figura 6: cenário atual do <i>Roda Viva</i>	102
Figura 7: seqüência de imagens da vinheta	107
Figura 8: charges de Paulo Caruso durante o <i>Roda Viva</i>	108
Figura 09: construção narrativa da conversação pelos recursos da linguagem televisiva	120-122
Figura 10: o público no <i>Roda Viva</i>	125
Figura 11: página de abertura do site do <i>Roda Viva</i>	126
Figura 12: vinheta do <i>Jornal das Dez</i>	131
Figura 13: escalada do <i>Jornal das Dez</i>	135-137
Figura 14: expressões faciais e gestualidade no <i>Jornal das Dez</i>	142
Figura 15: cenário para interação com jornalistas especializados	144
Figura 16: repórter no local do acontecimento	148-149
Figura 17: Bancada do <i>Bom Dia Brasil</i> antes e depois da reforma em junho de 2006	153
Figura 18: diálogo entre apresentadores	155
Figura 19: cenário da sala de visitas	156
Figura 20: conversação articulada com jogo de enquadramentos	160-162
Figura 21: vinheta do <i>Bom Dia Brasil</i>	165
Figura 22: recursos gráficos explicativos sobre o julgamento de Suzane von Ritchtofen e dos irmãos Cravinhos	167-168
Figura 23: duas versões do cenário do <i>Sem Censura</i>	171
Figura 24: disposição dos convidados no cenário e suas interações	172
Figura 25: vinheta do <i>Sem Censura</i>	173
Figura 26: locomoção de Leda Nagle no cenário	177
Figura 27: clipe	197
Figura 28: vista geral do cenário do <i>Marília Gabriela Entrevista</i>	200
Figura 29: enquadramentos do <i>Marília Gabriela Entrevista</i>	201
Figura30: seqüência de imagens da vinheta	202
Figura31: “twitteira” do <i>Roda Viva</i>	223
Figura 32: as jornalistas Carla Amorim (<i>Roda Viva</i>) e Cláudia Tisato (<i>Observatório da Imprensa</i>)	224
Figura 33: gestos expressivos dos entrevistados	250

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I: PONTO DE PARTIDA: conversação e jornalismo	22
1. CONVERSAÇÃO, SOCIEDADE E TELEVISÃO	24
1.1. A conversação como forma cultural.....	25
1.2. Aproximações entre conversação e telejornalismo	31
2. O JORNALISMO NA CULTURA CONTEMPORÂNEA	39
2.1. O jornalismo e as esferas públicas.....	40
2.2. Qual o público do interesse público?.....	44
2.3. Jornalismo político no Brasil e o “poder moderador”.....	49
2.4. Os rituais de construção de objetividade.....	52
PARTE II: CONVERSAÇÃO E MODOS DE ENDEREÇAMENTO:	
premissas para análises dos programas	55
1. CONCEITOS BALIZADORES PARA A ANÁLISE	57
1.1. A natureza processual do (tele)jornalismo: estrutura de sentimento.....	57
1.2. Gêneros televisivos	62
1.3. Modo de endereçamento	66
1.4. Operadores de análise de modo de endereçamento	69
2. O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E OS ARAUTOS DO JORNALISMO	79
2.1. As disposições discursivas em torno do consenso	80
2.2. O jornalismo enquanto metalinguagem	90
2.3. Os arautos do jornalismo	95
3. RODA VIVA: REFLEXÃO E DEBATE NA ARENA	100
3.1. Tomada de posição	101
3.2. Debate público na democracia	110
3.3. Posicionamento da audiência	117
3.4. Transformações na arena	122
4. ANÁLISE DO JORNAL DAS DEZ: 24 HORAS DE NOTÍCIA NO AR	128
4.1. As notícias no fim da noite	129
4.2. Polifonia e unicidade	134
4.3. Jornal às dez	147
5. AS NOTÍCIAS NO INÍCIO DO DIA: ANÁLISE DO BOM DIA BRASIL	152

5.1. Dispositivos audiovisuais para a construção de posições discursivas.....	152
5.2. A interação e as posições discursivas	157
5.3. O <i>Bom Dia Brasil</i> e a legitimidade no campo jornalístico	163
6. O SEM CENSURA E A CONSTRUÇÃO DE SOCIABILIDADE	169
6.1. Palavra quase franqueada.....	170
6.2. Jornalismo e possibilidades de socialização	179
6.3. Uma comunidade geograficamente situada.....	188
7. MARÍLIA GABRIELA ENTREVISTA: INFORMAÇÃO, CELEBRIDADES E INTIMIDADE.....	191
7.1. O <i>status</i> dos participantes e as relações estabelecidas	192
7.2. A personalização como meio para a informação	196
7.3. Pauta e modo de conversar	203
PARTE III: A CONVERSAÇÃO NO TELEJORNALISMO: valores democráticos e estratégias de entretenimento.....	210
1. CONVERSAÇÃO, TELEJORNALISMO E DEMOCRACIA	212
1.1. As perspectivas sobre a relação entre jornalismo, conversação e democracia	213
1.2. Níveis de participação da audiência na conversação dos programas	218
1.3. A dimensão política reivindicada	228
1.4. Papel político do jornalismo	234
2. TELEJORNALISMO, CONVERSAÇÃO E ENTRETENIMENTO	240
2.1. A conversação informal e o entretenimento	241
2.2. Os efeitos de espontaneidade e a autenticidade do jornalismo	243
2.3. A partilha de experiências e a construção de afetividade	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277
GLOSSÁRIO.....	292

INTRODUÇÃO

O telejornalismo brasileiro surgiu em 1950 tendo como exemplar o telejornal *Imagens do Dia*, exibido pela TV Tupi de São Paulo (REZENDE, 2000). O primeiro programa jornalístico televisivo do país constava de uma sequência de filmes com locução em *off* que narrava o que era exibido pela imagem. Posteriormente, o *Repórter Esso*, exibido pela mesma emissora, consagrou um modelo de telejornalismo baseado na locução em estilo radiofônico de Gontijo Teodoro. Poucos recursos visuais compunham o noticiário televisivo que ainda perdia em audiência para o rádio. Somente após os avanços tecnológicos, que permitiram a transmissão via satélite, o arquivo em videotape, o uso das cores e a formatação de um cenário sem estar baseada no patrocinador, foi que o telejornalismo se dinamizou criando novos formatos e ampliando a cobertura jornalística.

Ao longo de seus sessenta anos, o telejornalismo nacional passou por intensas modificações de modo a validar as premissas do jornalismo que se desenvolveram historicamente. A migração de repórteres da mídia impressa para a televisão valorizou o trabalho de apuração e constituiu uma tradição de cobertura baseada na presença do jornalista e do cinegrafista no local do acontecimento, a fim de oferecer à audiência um relato que se pretendia mais preciso e verdadeiro sobre os fatos. Aliado a isso, o telejornalismo explorou as potencialidades do meio audiovisual para ratificar valores de instantaneidade e simultaneidade, valorizando a transmissão dos acontecimentos e do próprio produto jornalístico ao vivo. A concorrência entre as emissoras impulsionou a criação de formatos¹ jornalísticos diferenciados dos telejornais e permitiu a validação de novas narrativas televisivas.

Essa breve descrição salienta a natureza processual do telejornalismo, aqui compreendido sob a perspectiva dos Estudos Culturais ingleses, que o concebem como forma cultural e instituição social (WILLIAMS, 1997) que se reconfigura a partir das transformações sócio-culturais efetuadas no contexto que o insere. O cenário político e econômico, bem como as transformações tecnológicas e a sociedade promovem transformações tanto no modo de fazer o telejornalismo, quanto na relação com os telespectadores, que criam novas preferências, novos critérios de avaliação dos produtos e novos usos dos programas.

¹ Neste trabalho, o conceito de formato aproxima-se ao de subgênero, compreendido como estratégia de comunicabilidade que indica os modos como um texto midiático deve ser usado pelos receptores, bem como as possibilidades de construção do campo de produção. Esses e outros conceitos serão melhor explicados mais adiante.

Tal perspectiva sobre o telejornalismo se deu a partir da relação desta autora com os Estudos Culturais, sobretudo as matrizes inglesa e latino-americana, que vem se construindo desde a graduação. Se num primeiro momento a aproximação com os Estudos Culturais se deu em função de uma necessidade de compreender os hábitos de consumo televisivo – e, por conseguinte, os lugares que a recepção ocupa no processo comunicativo – mais recentemente as questões centrais dos Estudos Culturais, especificamente a relação entre comunicação, cultura e poder, encontraram-se com preocupações que concernem ao jornalismo. A experiência como docente da disciplina “Teorias do Jornalismo” permitiu levar os Estudos Culturais a questões tais como a institucionalização do jornalismo, a constituição de valores e premissas do campo, as práticas dos jornalistas nas redações. Se por um lado as “teorias do jornalismo” buscam fixar padrões para explicar as práticas jornalísticas formadas historicamente na Europa e Estados Unidos nos século XIX, os Estudos Culturais permitem olhar o jornalismo a partir de sua relação com a sociedade e todas as tensões que envolvem essa relação. É a partir desse lugar que o jornalismo, e mais especificamente o telejornalismo, é compreendido neste trabalho, levando em conta suas transformações a partir de uma relação que se estende à sociedade e à cultura.

Recentemente, percebe-se uma tentativa dos programas jornalísticos de se fazerem mais próximos aos hábitos cotidianos da audiência, tanto na abordagem temática quanto na própria estruturação dos programas. Assim, alguns telejornais propõem a redução do uso do *teleprompter* e apostam numa forma de apresentação “mais espontânea, mais conversada²”. É nesse sentido que se observa um alargamento do uso da conversação pelo telejornalismo, construindo-se como lugar tanto de aprofundamento das notícias, quanto de sua informalização. Se a conversação televisiva, historicamente, está relacionada ao debate de assuntos provenientes da esfera pública, ela também esteve vinculada aos formatos e temas reconhecidos como mais leves e informais, como é o caso das mesas redondas de futebol.

Na dissertação de mestrado desta autora, foi demonstrado que o programa *Bate-Bola com o Assinante*, exibido pela ESPN Brasil, transmite as informações jornalísticas com base nas

² Em entrevista ao programa *Vídeo Show* da TV Globo, a apresentadora do telejornal local carioca RJTV, Ana Paula Araújo afirmou que o novo modelo do programa reforçaria a informalidade na apresentação das notícias.

formas dialógicas estabelecidas no interior do programa³ (SILVA, 2005). Paralelamente às notícias exibidas como matéria, reportagem, nota coberta ou nota ilustrada⁴, a apresentadora Sônia Francine evocava tanto comentaristas, que assumiam o papel de especialistas para analisar os acontecimentos do mundo dos esportes, quanto convidados representantes do campo esportivo, que davam um caráter testemunhal às notícias, com informações que superavam as partidas esportivas. Além disso, o programa abria espaço para a participação intensa dos telespectadores por meio de fax e e-mails com perguntas e comentários sobre os esportes, promovendo, assim, um “bate-bola” com o telespectador assinante da ESPN Brasil.

Com base nos diálogos dos participantes, que ora provocavam um debate, ora se apresentavam como uma conversa casual, o programa buscava uma diferenciação com relação aos demais noticiários esportivos diários: além dos assuntos factuais relacionados aos esportes, no *Bate-Bola* o telespectador poderia encontrar uma discussão sobre os temas, ultrapassando a dimensão de informatividade característica dos programas esportivos diários e consolidando um lugar de autoridade para tratar dos assuntos ligados ao cotidiano dos clubes de futebol e das demais modalidades esportivas. Por estar numa emissora segmentada, o *Bate-Bola* propunha um jornalismo baseado na opinião e no aprofundamento das notícias veiculadas por meio de informações adicionais provenientes dos jornalistas especializados e dos testemunhos dos representantes de clubes de futebol, atletas e técnicos.

Pensando nas formas como o telejornalismo é praticado hoje, as observações alcançadas por meio da análise do *Bate-Bola* conduziram a um olhar sobre os papéis que a conversação pode assumir nos diversos produtos jornalísticos, o que foi ratificado pela disseminação de programas que a utilizam durante sua apresentação, seja nos diálogos efetuados entre repórteres e apresentadores, seja pela presença de convidados no estúdio.

³ O objetivo daquela pesquisa era comparar os modos de construção de dois subgêneros televisivos: os programas temáticos (representados pelos programas esportivos) e os telejornais. Assim, analisamos, além do *Bate-Bola com o Assinante*, o *Globo Esporte* (Globo), o *Esporte Total* (Band), o *Jornal Nacional* (Globo) e o *Jornal da Band* (Band).

⁴ “Nota ilustrada” foi o termo criado por mim em minha dissertação de mestrado para designar um formato de apresentação da notícia que consta de uma seqüência de imagens acompanhada pela voz de um narrador em *off*. A voz em *off* não é da apresentadora e as imagens que aparecem não são do evento que está sendo tratado. São imagens que se relacionam ao acontecimento de forma mais distanciada ou imagens de arquivo. O aspecto central desse formato é o texto verbal do narrador, cabendo às imagens aparecerem apenas como ilustração. Este aspecto é um dos diferenciais do programa com relação a outros do mesmo subgênero.

Aliado a isso, é notável a quase absoluta ausência dessa temática na bibliografia sobre telejornalismo nacional⁵, a qual tem se empenhado muito mais em compreender os telejornais e suas relações com outros campos – mais especificamente o político e econômico – a partir de abordagens contextuais. Tal postura das pesquisas em comunicação no Brasil contrasta com as inclinações de pesquisa no restante do mundo, que têm demonstrado crescente interesse nas relações entre conversação, televisão e jornalismo (CLAYMAN E HERITAGE, 2004; CORNER, 1999; ËKSTROM, 2001; JONES, 2008; LUNT E STENER, 2005; MARTINEZ, 2003; MATEU, 1998; ÖNEBRING, 2003; TIMBERG e ERLER, 2004; TOLSON, 2001). A partir de diferentes perspectivas, os autores empenham-se em compreender o lugar da conversação na televisão a partir de formatos específicos, a exemplo dos *talk shows*, e a forma como esses programas constroem esferas públicas e legitimam-se a partir de um modo específico de conversar.

A presente tese tem como objetivo investigar as recentes formas de apropriação da conversação nos programas jornalísticos televisivos, a fim de compreender, de maneira mais ampla, os lugares, papéis e configurações que a conversação ocupa no telejornalismo brasileiro hodiernamente. A hipótese é que a conversação no telejornalismo faz referência a modelos calcados na vida cotidiana, mas alia-se a valores do jornalismo, a fim de configurar tanto seriedade, quanto leveza. Considera-se que a conversação no ambiente televisivo institucionaliza-se em modelos já reconhecidos pela audiência - a entrevista e o debate – mas não se limita a eles, prometendo constituir-se como uma reprodução verossímil às conversas espontâneas da vida cotidiana, o que se traduz por expressões como “um bate-papo informal” ou “uma conversa com quem está em casa”. Por conta disso, a conversação neste trabalho será tomada como uma estratégia empregada pelos programas para a construção de sua relação com a audiência.

Para tanto, foi necessário compreender as diferentes concepções que a conversação pode possuir na vida ordinária, a fim de chegar às apropriações efetuadas no campo jornalístico e as aproximações com as premissas que o constituem enquanto instituição social. Este é o tema da primeira parte desta tese, na qual assume-se que a conversação é um tipo de interação

⁵ À exceção disso, merecem destaque os trabalhos de José Luiz Braga (1994, 2006a); Cárilda Emerim Jacinto Pereira (2004), França e Trindade (2009).

marcada por elementos verbais e não verbais (como gestos, tom de voz, etc) efetuada por dois ou mais participantes, que adapta-se a partir de variações culturais e situacionais.

As contribuições de Erving Goffman (1986, 2005) sobre a organização das experiências cotidianas efetuadas pelos indivíduos permitiram compreender que as práticas, inclusive a conversação, estão sujeitas a diferentes usos a depender das condições contextuais que a cercam. Sendo assim, o presente trabalho rejeita uma análise da conversação calcada em paradigmas restritos à linguagem, que buscam encontrar padrões permanentes para as diferentes interações verbais. Nesse rastro, são inúmeras as perspectivas analíticas que observam os rituais, a utilização de expressões de abertura e encerramento, o uso de pronomes de tratamento entre outras formalizações da linguagem para se compreender como as trocas entre os indivíduos se dão, principalmente as correntes derivadas da matriz lingüística sobre a conversação. Tais análises, apesar de indicarem modalizadores eficazes para o olhar do analista, dizem muito pouco das dinâmicas e envolvimentos dos participantes durante as trocas. Ao contrário, assume-se, aqui, a conversação como uma forma cultural e o objetivo do analista é compreender as variações permitidas pelo cenário cultural e situacional que abriga as diferentes interações.

Ao migrar para a televisão, a conversação obedece a certos pré-requisitos impostos pelo meio, tais quais demarcações temporais, limites do número de participantes, o controle efetuado por um representante do campo televisivo, a relação com os jogos de câmera. Desta maneira, este trabalho pretende observar, a partir das pesquisas já realizadas, de que modo a conversação institucionaliza certas formas de conversar que se transformam em formatos televisivos específicos, criando hábitos de audiência e tradições nas práticas produtivas televisivas.

A consideração da conversação no campo midiático impõe uma reflexão central para este trabalho: de que forma a conversação se aproxima das premissas e valores do jornalismo. Sendo assim, a primeira parte prossegue com uma demarcação do lugar de fala adotado neste trabalho tratando o jornalismo como instituição social e a televisão como forma cultural (WILLIAMS, 1997). O jornalismo é aqui pensado como resultado de um processo histórico que implicou numa construção de seu significado na vida social. Deste modo, mesmo as premissas e valores que constituem o jornalismo – objetividade, valores-notícia, verdade e relevância, atualidade, vigilância, interesse público – que foram concebidas a partir de um

modelo muito específico de sociedade anglo-americana do século XVIII, não se cristalizaram em significados fixos, admitindo novas configurações a partir de novas expectativas sociais sobre a objetividade no jornalismo (SCHUDSON, 1978), de modelos distintos de democracia que impõem diferentes formas de vigilância (ALBUQUERQUE, 1999), da influência das tecnologias multimídias no procedimento jornalístico e do consumo televisivo a partir de um público multicultural que redefine a noção de interesse público (DEUZE, 2005).

A apropriação da conversação pelo telejornalismo se percebe mais nitidamente nas materializações que produtos concretos fazem dela. Assim, a segunda parte desta tese é dedicada à análise de programas jornalísticos televisivos que têm a conversação como estratégia de sua construção e apresentação da audiência. Seguindo a proposta do Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo⁶, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, o escopo teórico-metodológico que norteia este trabalho reside em três conceitos fundamentais, que, articulados, demonstram os possíveis usos da conversação no telejornalismo brasileiro. A noção de *estrutura de sentimento*, conceito formulado por Raymond Williams (1979) para uma análise da cultura, foi apropriado para dar conta dos movimentos de construção de um modelo dominante de telejornalismo e das possíveis alternativas que tencionam o modelo hegemônico. Por meio das noções de dominante, residual e emergente, o conceito de estrutura de sentimento permite analisar o telejornalismo a partir de sua natureza processual, identificando elementos formados no passado ainda em uso no presente, e os elementos que aparecem atualmente como prescrições para usos futuros. Por meio da observação dos programas jornalísticos, pode-se chegar à formação de uma tradição de programas de entrevistas e debates que tinham como foco a discussão de temas ligados à política, rechaçando do campo jornalístico os programas que dialogavam mais diretamente com a indústria do entretenimento.

O segundo conceito balizador deste trabalho é o de *gênero televisivo* ou midiático e suas variantes, os subgêneros (ou formatos), por meio dos quais se pode alcançar os limites que a conversação pode possuir em um programa. Logo, se o telejornalismo é um gênero televisivo, os telejornais, programas de entrevistas, programas de debate, programas de jornalismo temático, documentários são seus subgêneros. Os gêneros televisivos são concebidos como uma estratégia comunicativa que insere tanto os aspectos de escritura, quanto os de leitura

⁶ Grupo de pesquisa coordenado pela professora Dra. Itania Gomes, com financiamento do CNPq.

(MARTIN-BARBERO, 1997, p. 302). Abandonando o tratamento dos gêneros televisivos como uma “receita de fabricação”, Jesus Martín-Barbero entende que uma abordagem do gênero a partir do ponto de vista cultural se constitui numa “chave para análise dos textos massivos e, em especial, dos televisivos” (1997, p. 302). Assim, seguindo as pistas deixadas por Williams (1979), Martin-Barbero concebe a análise dos gêneros televisivos quando colocada em relação à sociedade.

O terceiro conceito, *modo de endereçamento*, foi operacionalizado a partir das contribuições de David Morley e Charlotte Brunson (1999), pensado como tom ou estilo que se traduz na “orientação de um programa para o seu receptor e de um modo de dizer específico” (Gomes, 2007, p. 17). Assim, é na construção do seu estilo que um programa se diferencia dos demais do mesmo subgênero e estabelece uma relação própria com os telespectadores. As análises neste trabalho serão realizadas com base na operacionalização de quatro operadores de modo de endereçamento: mediadores, temática, contexto comunicativo e pacto sobre o papel do jornalismo. Inicialmente pensados para telejornais, os operadores de análise dos modos de endereçamento propostos pelo Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornalismo visam contemplar a variedade de produtos jornalísticos televisivos. Esses operadores não possuem uma hierarquização – como se um fosse mais importante que outro – nem tampouco aparecem com a mesma incidência nos programas. Assim, é o próprio programa que levará à observação dos operadores que se destacam nos textos. Os operadores de análise não são, portanto, um fim, mas um meio que conduz ao estilo dos programas e à relação proposta para/com a audiência.

A fim de contemplar uma diversidade de possibilidades sobre a conversação, foram selecionados programas de diferentes subgêneros jornalísticos, desde que a conversação possuísse um papel central na construção de seu tom e estilo. Como o meio televisivo permite uma imbricação muito forte do jornalismo com outras esferas – ficção, drama, humor –, não se pode considerar que existem produtos puros na televisão, mas sim o resultado de múltiplas hibridizações. Sendo assim, o presente trabalho efetua a análise de programas que se vinculam ao jornalismo a partir de uma relação histórica com o campo e do reconhecimento pelos agentes do campo e pela sociedade enquanto tal. Também se procurou priorizar programas que estivessem inseridos num cenário comunicativo diverso. Assim, programas da TV aberta comercial, da TV pública e da TV fechada entraram no *corpus* analítico aqui proposto, que é

composto por seis programas: entre os telejornais, o *Bom Dia Brasil* (Rede Globo), um dos mais antigos que utilizam a conversação em sua estrutura, e *Jornal das Dez*⁷ (Globo News), que traz a conversação atrelada a uma proposta de aprofundamento das informações, como é típico dos telejornais do fim de noite. Entre os programas de entrevista, fazem parte deste *corpus* o *Roda Viva* (TV Cultura), por representar o momento de consolidação e disseminação dos programas de entrevistas na grade de programação televisiva brasileira desde os anos 1980, e o *Marília Gabriela Entrevista* (GNT), principalmente por ter como mediadora a jornalista Marília Gabriela, com reconhecida trajetória no telejornalismo brasileiro por suas entrevistas. Entre os programas de debate, subgênero pouco tratado na bibliografia nacional, foram selecionados o *Observatório da Imprensa* (TV Brasil), programa que propõe um debate sobre a mídia por meio da construção de uma mesa redonda, e o *Sem Censura* (TV Brasil), um dos programas mais antigos da televisão brasileira, que tem como objetivo a troca de informações por agentes de diversos campos sociais que podem interagir sob mediação da apresentadora Leda Nagle. Os programas foram gravados aleatoriamente de 2006 a 2009, mas, para efeito de exemplificação nas análises, foram selecionadas dez edições de cada programa.

A partir das análises efetuadas e da bibliografia consultada, foi possível alcançar pelo menos duas dimensões mais claras sobre a conversação no telejornalismo: primeiro, a conversação é apresentada aos telespectadores como um fundamento do modelo dominante de jornalismo que a utiliza para repercutir os assuntos provenientes da esfera pública habermasiana. Associado a esta dimensão da conversação, é recorrente o uso de expressões como “discussão” e “debate”, que ratificam um lugar discursivo de aprofundamento das informações e busca pela verdade. Com isso, a conversação é vista como uma forma de o jornalismo efetuar seu papel na democracia, promovendo, ele mesmo, uma esfera pública, uma arena de discussão de temas de interesse público.

Em segundo lugar, a conversação é apresentada à audiência como o espaço em que a informalidade prevalece no telejornalismo, permitindo uma aproximação com a audiência. O sistema de referência (WILLIAMS, 1969) utilizado pelos produtos televisivos para salientar esse aspecto é “bate-papo” e “conversa”, como se remetendo às práticas cotidianas entre amigos. Deste modo, o telejornalismo reconfigura as expectativas da audiência sobre seu

⁷ Telejornal noturno exibido pelo canal jornalístico da Globo, a GloboNews. O telejornal possui um âncora e traz especialistas para o estúdio para comentar os assuntos.

papel social e a reposiciona como cúmplice das posições trocadas em cena. A conversação é a forma verbal por meio da qual o jornalismo televisivo mais se aproxima do campo do entretenimento, possibilitando novas formas de recepção de seus produtos, baseadas na informatividade aliada com à diversão.

Estes são os assuntos discutidos na terceira parte desta tese que aponta para elementos da cultura jornalística dominante e as formas emergentes que brotam nos modos de endereçamentos dos programas analisados. Não se pretende separar essas duas possibilidades – a conversação como aprofundamento ou como informalidade - em esferas distintas, como se cada programa se utilizasse apenas de uma dessas dimensões. Ao contrário, os dois sentidos são vistos em todos os programas em maior ou menor grau, o que permite afirmar que já não se pode conceber, na cultura contemporânea, um telejornalismo isolado de outras esferas – como o entretenimento - ainda que os programas salientem isso para legitimarem-se no campo.

Como desdobramento, conclui-se que o telejornalismo contemporâneo tem se inclinado para dois aspectos emergentes. O primeiro diz respeito a uma temática voltada para o cotidiano, ou pelo menos, para uma abordagem das questões mais amplas da sociedade – política e economia – a partir de um enquadramento voltado para o vivido e experienciado no dia-a-dia. A própria redefinição da esfera pública para abarcar debates de outras naturezas – religiosos (BURKE, 2006), feministas (FRASER, 2007), de classes sociais (SILVERSTONE, 2003) – contribui para um tratamento dos assuntos pautados pelo jornalismo voltados para a cotidianidade. Temas vinculados à esfera pública habermasiana não foram excluídos do cenário da conversação televisiva, mas aparecem sob novo enfoque. Com isso, há uma redefinição da noção de interesse público, demonstrada por meio do pacto sobre o papel do jornalismo que os programas pretendem estabelecer com a audiência (GOMES, W., 2003).

Como desdobramento, aponta-se o testemunho como forma narrativa privilegiada no telejornalismo contemporâneo, por permitir que os indivíduos em cena, inclusive os jornalistas, relatem suas experiências, confessem, partilhem com o telespectador emoções e sentimentos. Ao invés de direcionar-se para dados estatísticos que confirmem os acontecimentos relatados e provas auxiliares que complementem as informações, a fim de convencer a audiência sobre a veracidade das informações trocadas na conversa, o

telejornalismo contemporâneo, sobretudo o que utiliza a conversação como estratégia, se apropria do testemunho, do depoimento pessoal sobre as experiências cotidianas e o simples relato serve como prova de veracidade, uma vez que permite à audiência identificar-se com as questões vividas. Nesses casos, a autoridade do mediador se desloca de um saber instituído para um viver compartilhado e é nesse sentido que ele recebe credibilidade.

O acirramento da concorrência entre as emissoras e o surgimento de novos gêneros impõem aos modelos tradicionais do telejornalismo uma reformulação, e a conversação se apresenta como uma delas. Os elementos aqui apontados sobre os lugares da conversação no telejornalismo não se pretendem, em nenhuma hipótese, exaustivos e definidores do campo jornalístico. Indicam, porém, algumas reflexões válidas a se fazer sobre o jornalismo na televisão e as múltiplas formas que ele pode assumir.

PARTE I

PONTO DE PARTIDA: Perspectivas sobre a conversação e o jornalismo

A compreensão dos lugares da conversação no telejornalismo impõe a consideração de dois fatores cruciais: as premissas e valores do jornalismo enquanto instituição social e os constrangimentos impostos pelo ambiente televisivo. No que diz respeito ao primeiro aspecto, o telejornalismo está ancorado sobre paradigmas historicamente formados no campo jornalístico, premissas estas que lhe atribui legitimidade face a seus consumidores. Valores como objetividade, interesse público, vigilância, atualidade, verdade e relevância se estabeleceram como parâmetros para a consolidação do jornalismo enquanto instituição responsável por nutrir a sociedade com informações relevantes para sua vida cotidiana.

O segundo quesito põe em causa os dispositivos de som e imagem que operam discursivamente na lógica interna dos programas. Assim, não se pode dispensar as possíveis articulações entre o conteúdo e os aspectos visuais (enquadramentos de câmera, recursos de edição e montagem, imagens gráficas, imagens captadas pela câmera, postura dos sujeitos, etc) e sonoros (entonações, trilhas musicais, efeitos sonoros, som ambiente, etc). A televisão brasileira herdou do rádio uma estruturação que se baseia na possibilidade de interação entre o sujeito representante midiático e os agentes externos ao campo televisivo, interação esta que pode ser captada diretamente pela audiência, quando não, partilhada por ela.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a concepção de conversação adotada neste trabalho, bem como a de jornalismo, que permite a introdução da conversação como estratégia de construção dos programas. Para tanto, será efetuada uma discussão sobre as abordagens mais recentes que têm a conversação como foco de estudo e as apropriações que os pesquisadores fazem da conversação para pensar a relação com a televisão. Num segundo momento, discute-se o jornalismo enquanto instituição social formada num contexto específico que produziu as premissas que ainda são empregadas como balizadoras do campo profissional e da relação com a sociedade. Esfera pública, interesse público, quatro poder e objetividade serão, portanto, discutidos a partir da dimensão cultural que permite reconfigurações dessas premissas.

1. CONVERSAÇÃO, SOCIEDADE E TELEVISÃO

Segundo John Corner (1999), embora a televisão se diferencie dos demais meios de comunicação pelo tratamento das imagens que dão substância aos conteúdos, é principalmente por meio do verbal que a TV efetiva uma relação com a audiência. Não obstante, para o autor, a fala, em suas mais variadas formas, é a característica mais marcante da televisão e a conversação aparece como um significativo desdobramento das múltiplas formas de falar que a televisão pode empregar. A conversação está presente desde a proposta estrutural da televisão, até formatos específicos de programas e, por isso, ela está no centro das atenções de pesquisadores que consideram desde o poder dos discursos efetivados por meio da conversação transmitida pela TV (LIVINGSTONE e LUNT, 1994; LUNT e STENNER, 2005) até os aspectos modais das conversações institucionalizadas (CLAYMAN e HERITAGE, 2004; MARTÍNEZ, 2003; MATEU, 1998) e os formatos televisivos que nela se baseiam (JONES, 2008; TIMBERG e ERLER, 2004).

A observação da conversação num meio institucionalizado, como a televisão, não impede considerar, porém, que ela carregue regras e padrões das conversações experienciadas na vida cotidiana das pessoas comuns e é justamente nessa aproximação entre a instituição televisiva e a vida ordinária que a conversação ganha significado em programas jornalísticos. Segundo Clayman e Heritage (2004), a conversação, ainda no ambiente radiofônico, era a maneira preferencial de se dirigir aos ouvintes, uma vez que permitia certa espontaneidade (ou a simulação dela) na transmissão das informações. Para John Corner (1999), a coloquialidade permitida pela conversação tornou-se o veículo por meio do qual o rádio tratava seus ouvintes como consumidores e a televisão contemporânea ratifica valores de informalidade e espontaneidade por meio das conversações postas em cena. Por outro lado, a conversação também pode ser apropriada nos programas fazendo referência ao debate público e ao aprofundamento dos temas.

Para uma abordagem da conversação como aspecto constituinte de programas jornalísticos na televisão, é relevante observar os marcos das conversações cotidianas e sua migração para o campo jornalístico televisivo, assimilando certas propriedades e reconfigurando outras para adaptar-se ao contexto midiático que a insere. Este capítulo parte de uma breve abordagem sobre diferentes perspectivas acerca da conversação na vida cotidiana, enfatizando aquelas

que tratam a conversação enquanto prática social assimilada nos contextos da vida ordinária. Parte-se do pressuposto de que a conversação é uma forma cultural sujeita a mudanças a partir de macrovariações culturais, ou microvariações situacionais. Em seguida, o capítulo trata de recentes pesquisas que têm a conversação institucionalizada no ambiente televisivo como foco de investigação, especialmente as que se expressam como forma de entrevista e debate.

1.1. A conversação como forma cultural

Conquanto a conversação seja uma prática antiga, que se formou juntamente com o desenvolvimento da linguagem⁸, as pesquisas acadêmicas que se destinam a compreendê-la em seus múltiplos aspectos são mais recentes. Peter Burke (1995) afirma que somente após a década de sessenta do século XX é que surgiram as disciplinas interessadas em compreender a fala, e mais recentemente ainda é que elas vincularam a fala à vida cotidiana. Antes disso, a conversação era tema de ensaístas que buscavam definir regras sociais a partir dos hábitos instituídos nas formas de conversar. Do século XVI ao XVIII, a compreensão que se tinha da conversação nas sociedades européias – mais especificamente Itália, França e Inglaterra – era de uma prática desenvolvida pelas elites, bastante regradas por meio de convenções sociais como polidez, delicadeza, silêncio e humor para tornar a conversa agradável. Nessa perspectiva, os textos sobre a conversação eram mais uma descrição sobre a “arte de conversar”, tomada como parâmetro normativo de conduta, ao invés de constituir-se propriamente numa fonte de investigação sobre a sociedade e a cultura.

Tal preocupação se deu apenas com a emergência da sóciolinguística, da etnometodologia e da história social da linguagem, na segunda metade do século XX, que trouxeram um método científico que busca identificar nas trocas verbais cotidianas as normas por meio das quais as pessoas interagem. Dois autores foram fundamentais para que a conversação fosse tratada sob o ponto de vista acadêmico. Mikhail Bakhtin (1999), ao tratar do diálogo enquanto gênero do discurso, promoveu uma aproximação dos pesquisadores com as interações verbais e não simplesmente com os textos e monólogos. As proposições de Erving Goffman (1986) sobre o contexto, por sua vez, parecem ter inspirado boa parte das pesquisas que se desenvolveram a *posteriori* tratando a conversação como objeto central. Sendo assim, percebem-se duas

⁸ Segundo Stephen Miller (2006), a conversação surgiu há 50 mil anos, quando os povos primitivos começaram a desenvolver a fala. Para Gabriel Tarde (1992), um importante impulso para a conversação foi o advento da agricultura, que conferiu às pessoas mais tempo livre, “variedade de vida” (1992, p. 103) e ocasiões de reunião para os indivíduos, que permitiu o desenvolvimento da língua e, por conseguinte, da conversação.

orientações para a abordagem da conversação. A primeira regulada paradigmas linguísticos que se supõem universais, a segunda orientada para a compreensão da conversação no contexto.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Catherine Kerbrat-Orecchioni (2006) faz uma compilação de estudos dedicados à conversação, pondo ênfase, sobretudo, naqueles que se aproximam da perspectiva linguística. De acordo com a autora, a análise da conversação se dá por meio de modalizadores, tais quais o sistema de turnos de fala, a função dos elementos não-verbais e paraverbais, os quadros temporais e espaciais que envolvem a conversação, os participantes envolvidos e seus objetivos. Embora considere o contexto como elemento fundamental para a análise das interações verbais, o objetivo da análise da conversação é encontrar marcadores operacionais que se apliquem aos diversos contextos em que as trocas acontecem, limitando as múltiplas possibilidades que tem a linguagem de modificar-se e adaptar-se.

O trabalho de Paul Grice (1979), cujo propósito era encontrar, nos diálogos, as ambigüidades da linguagem, traz uma perspectiva sobre a conversação que a isola do ambiente no qual acontece. Sendo assim, Grice (idem) aposta no princípio de cooperação como pedra angular da prática conversacional, por meio do qual Grice (idem) afirma que “cada participante reconhece entre seus interlocutores (sempre até certo ponto) um objetivo comum ou um conjunto de objetivos, ou ao menos uma direção aceita por todos” (1979, p. 60). Esse objetivo pode aparecer no início ou durante a troca, pode ser bem definido ou vago e é em torno dele que a interação entre os participantes se processa. Para Grice (idem), um participante irá contribuir com a conversa no limite em que for solicitado pelo objetivo ou pela direção aceita. Como desdobramento, Grice (idem) estabelece quatro categorias nas quais há regras e subregras mais específicas: quantidade, qualidade, relação e modalidade. A quantidade refere-se ao aspecto numérico que indica quanto de informação deve ser concedido. A qualidade está relacionada à veracidade do que é dito e exige dos participantes duas posturas: não afirmar algo que creia ser falso e não afirmar algo que não tenha provas. A relação traz em si apenas uma regra: a da relevância, por isso o participante deve estar atento às mudanças do que pode ser relevante, os procedimentos normais numa troca. A modalidade, ao contrário das outras categorias, diz respeito ao como dizer e a regra deve prezar pela clareza: evitar ser obscuro, evitar a ambigüidade, ser breve, ser metódico. Assim, Grice propõe um conjunto de regras

que devem se fazer presentes no ato conversacional. Não ocorrendo uma dessas regras ou obliterando-as, ficam visíveis as ambiguidades envolvidas na troca.

Na contramão das perspectivas que se voltam para uma análise interna da linguagem, Erving Goffman (1986) voltou-se à sociologia da vida cotidiana trazendo a idéia de que a realidade social não deve ser limitada a regras definidas. Embora ele mesmo proponha normas para o tratamento das situações cotidianas, as regras por ele estabelecidas não se propõem exaustivas: “atores normalmente aparecem com cinco ou dez regras (assim como eu), mas há não fundamento para pensar que milhares de outras considerações não possam ser listadas em conjunto⁹” (GOFFMAN, 1986, p. 6). Sendo assim, a abordagem conceitual sobre a conversação proposta por Goffman e os desdobramentos que se originaram de suas pesquisas mostram-se bastante profícuos no que diz respeito ao relevo dado ao contexto em que a conversação se processa. A proposta goffmaniana recai sobre uma descrição dos princípios de organização das interações nos diversos ambientes a partir de parâmetros como o sistema de réplicas e respostas. Assim, o autor efetua exercícios analíticos da conversação em ambientes específicos como as conversas espontâneas da vida cotidiana e a institucionalização das conversas radiofônicas.

Em seu trabalho mais clássico, *Frame Analysis* (1986), Erving Goffman congrega boa parte de suas formulações sobre as relações sociais na vida cotidiana, tema de suas investigações, apropriando-se do conceito central de *frame*, um quadro interpretativo segundo o qual os indivíduos interagem e atuam ordinariamente. Os *frames* são princípios organizativos que definem um evento social e o envolvimento subjetivo dos indivíduos neles, a fim de perceberem o que está acontecendo ali. Assim, quando os indivíduos se colocam numa situação, eles promovem um trabalho interpretativo que os ajuda a

estabelecer os limites do comportamento apropriado, o marco que distingue o episódio e seus conteúdos de outras realidades sociais próximas ou parecidas, qualificar os sujeitos segundo o tipo de papel que desempenham e o personagem que encarnam na cena (WOLF, 1994, p. 35).

É por meio da interpretação dos *frames* que os indivíduos se apresentam na vida cotidiana (GOFFMAN, 2005) e estabelecem parâmetros individuais que lhes permite efetuar uma interação bem sucedida. A não interpretação das situações ou a exposição a eventos nunca

⁹ No original: “players usually come up with 5 or 10 rules (as I will), but there are no grounds for thinking that a thousand additional assumptions might not be listed by the others”.

antes partilhados – como o morador rural numa grande cidade – provoca deslocamentos de sentido que exigem a aquisição de uma nova gramática a fim de que os participantes possam interagir adequadamente. Daí decorre que há uma competência cultural adquirida para efetuar as interações de maneira pertinente

Tal pensamento de Goffman (idem) inspirou o desenvolvimento de uma corrente de investigação voltada exclusivamente para a análise das situações interacionais que têm como base a conversação na vida cotidiana. A *Análise da Conversação*¹⁰ apresenta um conjunto de operadores analíticos que outorgam ao analista identificar os processos que compõem a conversação, seja na sessão terapêutica, seja nas conferências de imprensa. Sendo assim, as conversas na vida cotidiana se dariam com base na articulação dos turnos de fala¹¹, fechamento e pares adjacentes, propriedade dos pares adjacentes, seqüências laterais e correções, que permitiriam encontrar padrões ritualizados e deslocamentos, transgressões e desvios na fala. Assim, ao analisar uma sessão de terapia em grupo, Harvey Sacks (1974) atenta para o funcionamento das seqüências laterais como procedimento ritualizado segundo o qual novas informações podem ser dadas pelos participantes, seja no início, no final ou durante a troca. A questão contextual, nesse caso, considera o ambiente criado pela terapia em grupo, que traz em si mesmo os pressupostos que regem o comportamento dos indivíduos naquela situação específica: a intimidade, a troca de segredos. A mudança do ambiente comunicativo traria como consequência uma mudança no modo de falar, o que provocaria novos padrões de comportamento e de conversação. Assim, Sacks defende que o contexto que envolve os participantes durante as interações define o uso da conversação e traz implicações diretas sobre o modo de organização das falas em seu interior: “para a noção de

¹⁰ A *Análise da Conversação* é uma corrente de investigação variante da etnometodologia e da sociologia de Goffman, que visa analisar tanto as interações interpessoais institucionais quanto as casuais. O objetivo é ver como a conversação funciona em diferentes ambientes (*settings*). Assim, essa corrente considera como ajustes convencionais os seguintes contextos: entrevistas, audiências, conversas telefônicas e jogos de cartas. Os autores que fundaram essa corrente (por volta da década de 1960) foram Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson.

¹¹ Os turnos de fala pressupõem certos marcos gerais, mas estes são negociados à medida que a situação de comunicação muda. As regras gerais são: troca dos locutores; cada locutor possui uma vez de falar; podem haver sobreposições de fala, mas elas são de curta duração; os locutores passam a palavra de um para outro, podendo haver tanto a sobreposição quanto o silêncio nessa passagem; a ordem dos turnos não é estabelecida; a amplitude do turno também não é estabelecida; a duração da conversação não é especificada; o que as partes dizem não está especificado; a distribuição dos turnos não é fixa; o número de participantes é variável; o locutor pode escolher o próximo locutor dirigindo-lhe uma pergunta; os *turnos podem ser compostos por* apenas uma palavra ou podem ter duração mais longa; existem procedimentos para tratar os erros e violações (quando alguém vai interromper, normalmente pede desculpas).

‘conversaço’, assim como para a ampla gama de outras noções, seu *locus* conversacional é relevante para qual uso se pretende fazer dele¹²” (1974, p. 37).

Na tentativa de trazer uma contribuição relevante, os autores da Análise da Conversação apresentam-se demasiadamente normativos, configurando padrões muito específicos sobre cada uma das etapas que envolve as trocas. Embora os critérios analíticos apresentados sejam importantes para a verificação dos procedimentos conversacionais em situações reais, eles não devem limitar as múltiplas possibilidades que os participantes possuem no uso da fala quando estão em interação. Sendo assim, neste trabalho, a conversaço é analisada como procedimento ritualizado nas interações entre os falantes, mas também como forma cultural praticada por meio da linguagem verbal e dos elementos performáticos que a ela se associam (gestos, mímicas, expressões faciais, tom de voz, etc). Enquanto forma cultural, a conversaço está sujeita a alterações provenientes das variações culturais: novas formas de relações interpessoais, influência dos meios de comunicação massivos e não-massivos, constrangimentos políticos e econômicos (que permitem ou inibem os encontros interpessoais), que se reconfiguram histórica e socialmente¹³.

Assumindo a conversaço como “um tipo específico de ato de fala, evento de fala ou gênero de fala”, Peter Burke (1995, p. 121) observa os diferentes modos de conversar estabelecidos historicamente a partir de uma noção flexível da língua e da fala. Propondo uma história social da linguagem, reconhece que a conversaço só pode ser compreendida no interior da cultura e a partir de elementos culturalmente forjados, como relações entre diversos grupos sociais, os parâmetros sociais que regulam os temas sobre os quais se é permitido conversar, entre outros. Burke (idem) chama atenção para os diversos usos que a conversaço pode

¹² No original: “(...) for the notion of conversation, as for an enormous range of other notions, its conversational locus is relevant to what use you want to make of it”.

¹³ Por conta dessa relação com o contexto, certas modalidades conversacionais foram tomadas como paradigma normativo. A conversaço civil praticada nos cafés, sociedades, clubes, por exemplo, deve ser compreendida a partir da relação com a cultura européia dos séculos XVII, XVIII e XIX, momento de reconfiguração política das nações assumindo a democracia como modelo de governo. A conversaço era, portanto, assumida como uma prática que deveria envolver todos os indivíduos a fim de discutissem assuntos de interesse geral e formassem opiniões melhor consolidadas. A partir disso, formou-se uma tradição de pesquisa na área de política e comunicação baseando-se, principalmente, nos pressupostos da conversaço como formadora da opinião pública. Essa abordagem da conversaço sob o ponto de vista político e a relação com a democracia será melhor explicitada na parte III, no item “Jornalismo, conversaço e democracia”. Por ora cabe apenas salientar que essa perspectiva contempla uma dimensão cultural da conversaço social.

possuir no interior da cultura. Por isso, o autor defende a conversação como uma forma cultural presente na vida cotidiana que obedece às variações culturais que a cercam.

Ainda que aponte certos elementos dominantes nas formas de conversar, sobretudo nas sociedades européias do século XVIII, Burke não ignora que tais procedimentos são resultado de um processo histórico e estão relacionados aos hábitos das classes privilegiadas econômica e politicamente. Sendo assim, o autor está atento às possibilidades de transformações das normas conversacionais e por isso a idéia de “arte da conversação”, calcada no modelo inglês de conversação esclarecida, pode ser negociada e atualizada a partir de outros referenciais. O autor admite, igualmente, que tais normas não são nem fixadas no tempo, como se fosse um eterno modelo a ser buscado, nem no espaço, considerando que outras sociedades, no mesmo período, criam suas próprias regras de trato. A questão do tom da voz, por exemplo, é para Burke um fator diferencial, uma vez que a concepção de “tom de voz baixo” é cultural. Quando comparados aos finlandeses, os ingleses são muito menos tácitos do que aqueles. No entanto, com relação aos latino-americanos, os ingleses podem ser vistos como frios e taciturnos. Assim, a abordagem de Peter Burke nos permite fundamentar a conversação como forma cultural que se modifica a partir dos processos sócio-históricos¹⁴.

São essas variações históricas e culturais que formatam certos tipos de fala praticados na vida cotidiana e em ambientes específicos, como a televisão. Neste trabalho, associa-se a conversação ao contexto do telejornalismo que por si só já impõe certos limites ao passo em que estende a possibilidade de certos usos. Assim, a conversação será tratada no interior dos programas que a instituem como estratégia de sua construção, considerando as diferenças entre eles, mas também a partir de marcos culturais que se transferem da sociedade para a cena televisiva. Segundo José Luis Braga, “para diversas atividades sociais – às quais é possível fazer corresponder certos tipos de conversação – pode-se constatar regras de procedimento que definem essas atividades, desde que elas sejam suficientemente repetidas” (BRAGA, 1994, p. 293). O objetivo, aqui, não é tanto estabelecer regras de uso como se

¹⁴ A não consideração da conversação como uma forma cultural, mas como um elemento normativo da sociedade, é o que leva a afirmações de que hoje já não existe mais conversação entre os indivíduos. Stephen Miller (2006), também numa historiografia da conversação nas sociedades européias, aponta as práticas conversacionais dos séculos XVIII e XIX como parâmetro rígido de todas as práticas posteriores. Por não encontrar nas sociedades contemporâneas os mesmos elementos que no passado, o autor aponta para o declínio da arte de conversar.

fossem válidas para qualquer programa jornalístico televisivo, mas identificar procedimentos – temáticas, forma de obtenção da informação, relações estabelecidas entre os participantes – que, pelo uso constante, configuram características do telejornalismo contemporâneo.

1.2. Aproximações entre conversação, televisão e telejornalismo

Segundo a Análise da Conversação, certos marcos contextuais impõem limites e modos de fazer específicos sobre a conversação e criam formatos institucionalizados que obedecem mais ou menos aos mesmos princípios. Segundo Marianthi Makri-Tsilipakou (2004), a conversação institucionalizada na televisão é orientada a um objetivo específico, os participantes conduzem sua conduta com base nesse objetivo, que envolve constrangimentos particulares. Na televisão, a conversação tem-se institucionalizado como entrevista ou debate. O precedente histórico para isso é o advento dos *talk shows*, inicialmente na televisão norte-americana, e após os anos 1990, pelo resto do mundo.

Segundo François Jost (2006), a nomenclatura do gênero¹⁵ oferece uma promessa ontológica por meio da qual os telespectadores estabelecem suas expectativas com relação aos produtos nele inseridos. Nesse caso, portanto, a expectativa seria consolidada em torno da conversação (“*talk*”) e do entretenimento (“*show*”). Como a maior parte da bibliografia que se dedica ao tema da conversação na televisão é de língua inglesa, o termo “*talk show*” funciona como um “guarda-chuva” que insere tanto os programas direcionados ao debate de assuntos públicos, quanto aqueles que exibem apresentações musicais, anedotas e piadas. Assim, a mesma nomenclatura envolve produtos de natureza distinta, que despertam expectativas diferentes na audiência¹⁶. Bernard Timberg e Robert Erler (2004) ressaltam que tanto a proposta quanto a natureza dos *talk shows* norte-americanos se distinguem em função da faixa horária. Os programas do início da madrugada, chamados *late-night entertainment shows*, tornaram-se o modelo dominante de *talk show* a partir dos anos 1950 e exibem entrevistas ao lado de shows de comédia estrelados pelo apresentador. Os programas vespertinos, denominados pelo autor como *daytime audience-participation shows*, ou “*audience participation debate*” (LIVINGSTONE e LUNT, 1994) se basearam em programas radiofônicos e tinham como

¹⁵ O conceito de gênero televisivo será abordado detalhadamente no próximo capítulo. Por ora, cabe defini-lo como “formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto midiático” GOMES, I., 2007, p. 19).

¹⁶ Uma análise um pouco mais detalhada sobre o tema encontra-se em SILVA, 2009.

finalidade colocar a platéia em contato direto com celebridades e especialistas. Por fim, os matutinos, também herdados da tradição de rádio, promoviam uma mistura entre notícias e entrevistas, sendo conhecidos como *early-morning news talk magazines*.

Apesar da nomenclatura generalizante, autores mais vinculados ao jornalismo efetuaram uma separação do modelo de entrevista desempenhado no jornalismo e fora dele, visando destituir do cerne do campo jornalístico qualquer diálogo com o mundo do entretenimento. Manuel Mateo (1998) distingue o caráter das entrevistas jornalísticas das que são voltadas para o entretenimento, por exemplo, a partir do papel dos entrevistadores, lugar discursivo concedido à fonte, temática abordada e a construção da cena televisiva que abarca a troca. Sendo assim, nas entrevistas jornalísticas, o apresentador é o condutor de perguntas que visam transmitir o conhecimento do entrevistado para a audiência, que é posicionada enquanto aprendiz. Sua função no programa é dar visibilidade à fonte, um especialista ou representante oficial, que concede informações relevantes e atuais. O cenário discreto visa colocar ênfase apenas na conversa entre os participantes, dando destaque às informações trocadas.

A entrevista “diversional”, por sua vez, estrela um apresentador-celebridade notadamente conhecido pelo público pela performance humorística. Geralmente, essas personalidades têm sua trajetória construída no *stand-up comedy*, e levam para o programa piadas, anedotas, *sketches* e paródias. Os entrevistados pertencem ao mundo midiático e comparecem ao programa para servir de pretexto para as piadas do apresentador. Mesmo os representantes políticos que comparecem a esses programas são enquadrados nessa perspectiva, como se toda a cena fosse um grande show de comédia. No que diz respeito ao tratamento de informações, por vezes a entrevista assume um teor sarcástico ou irônico sobre os fatos e os representantes dos poderes públicos. O amplo cenário que envolve a troca compreende uma platéia, que interage por meio de aplausos, risos, vaias, etc, um espaço para apresentação musical, e uma banda responsável pela musicalidade do programa.

Clayman e Heritage (2004) afirmam que, embora as fronteiras entre esses formatos jornalísticos e não-jornalísticos sejam “frouxas”, é possível efetuar uma distinção que isola a entrevista jornalística das demais, associando-a ao campo político e a parâmetros do jornalismo. Deste modo, é por meio das entrevistas que os assuntos referentes ao interesse público geral são discutidos com os representantes das esferas de poder, configurando um

papel social relevante na formação de uma esfera pública contemporânea. Assim, segundo os autores, a entrevista jornalística é

um *locus* de encontros diretos e essencialmente espontâneos entre jornalistas e uma ampla variedade de figuras públicas, incluindo oficiais do governo nos mais altos cargos. É uma arena na qual jornalistas representam certas funções democráticas: solicitando declarações sobre políticas oficiais, mantendo os políticos responsáveis por suas ações, e controlando os parâmetros do debate público, tudo isso sob o escrutínio da cidadania¹⁷ (CLAYMAN e HERITAGE, 2004, p. 2).

Sendo assim, é possível identificar, entre os autores que buscam compreender a conversação em suas formas institucionalizadas, primeiro uma distinção rígida entre o jornalismo e o entretenimento; segundo uma concepção de jornalismo a partir de sua vinculação com a política e seu papel enquanto serviço público. Como consequência, esses autores oferecem, por um lado, descrições detalhadas sobre a conversação jornalística, marcadamente no formato de entrevista, a partir de parâmetros provenientes do campo: credibilidade, autenticidade, objetividade.

Se hoje a entrevista é uma prática por excelência do jornalismo para a obtenção das informações, é verdade, também, que essa aproximação se deu historicamente a partir do advento do jornalismo informativo no século XIX. Segundo Michael Schudson (2003), a obtenção de informações é uma prática dispersa nas atividades cotidianas que se caracteriza pela sua não-especialização, espontaneidade e mutualidade. No entanto, a obtenção de informações por meio do binômio pergunta/ resposta tem sido associada à prática dos jornalistas baseadas no modelo da entrevista que, ao contrário das interações cotidianas, é sistematizado e bastante regrado. A emergência da entrevista como prática legítima do jornalismo aconteceu paralelamente à profissionalização dos repórteres e sua busca por autonomia. Embora fosse vista com desconfiança por parte de jornalistas mais experientes e das fontes – que temiam por uma invasão de privacidade - a entrevista instituiu-se como prática jornalística quando o repórter ganhou o atributo de intérprete privilegiado da realidade, já no início do século XX.

¹⁷ No original: “it is a locus of direct and essentially unscripted encounters between journalists and a wide range of public figures, including government officials at the highest levels. It is an arena in which journalists perform certain core of democratic functions: soliciting statements of official policy, holding officials accountable for their actions, and managing the parameters of public debate, all this under the immediate scrutiny of citizenry”.

Como ainda era uma novidade, não havia regras muito bem definidas sobre como executar e publicar uma entrevista. No final do século XIX, os repórteres conversavam com as pessoas públicas e usavam suas declarações para escreverem textos ensaísticos sobre os assuntos. Não havia referência à fonte ou citações que confirmassem suas declarações. Segundo Schudson (2003), o jornalista Horace Greeley, do *New York Tribune*, foi o primeiro a publicar uma entrevista, no modelo hoje conhecido como “pingue-pongue”, em 1859. Como o formato ainda era novo tanto para seus pares quanto para seus leitores, o jornalista precisou esclarecer seu procedimento para o público: “isso é a substância de quase duas horas de conversa, na qual muito foi dito incidentalmente, sem merecer ser reportado, ainda que eu pudesse lembrar e reproduzir¹⁸” (2003, p. 74).

Entretanto, não se deve desconsiderar que, justamente pelas reconfigurações históricas, tanto a entrevista quanto o jornalismo receberam novos significados. Segundo Eler e Timberg (2004), o acirramento da concorrência das TVs públicas e comerciais norte-americanas com o novo sistema de telecomunicações – composto, também, pela internet, por vídeo-games e pelas TVs a cabo – levou a uma reconfiguração dos modelos já consagrados de *talk shows*. A comédia, a sátira e a ironia pareciam novos caminhos adotados pelos programas para o tratamento dos assuntos, inclusive, e principalmente, os que se referiam ao campo político. Os autores resumem a década de 1990 como um período caracterizado por três tendências: a institucionalização de *talk shows*, a experimentação de novas formas em antigos formatos e a criação de programas híbridos ainda não consolidados. As distinções entre os *talk shows* voltados para o entretenimento e os programas jornalísticos de conversação foram se estreitando cada vez mais¹⁹. Segundo os autores, “no início dos anos 1990 muitos apresentadores de *talk shows* televisivos ganharam projeção nacional pela combinação de notícias, assuntos públicos (*public affairs*) e entretenimento em formatos de *talk show* novos ou reciclados²⁰” (2004, p. 158).

¹⁸ No original: “such is, as nearly as I can recall, the substance of nearly two hours of conversation, wherein much was said incidentally that would be not be worth reporting, even if I could remember and reproduce it”.

¹⁹ Nesse cenário, o programa *Politically Incorrect*, exibido pelo canal Comedy Central, levou ao ar uma conversa bem humorada, desempenhada por não-especialistas, sobre assuntos provocativos: pena de morte, discriminação, etc. Com isso, o *Politically Incorrect* rompeu os parâmetros para a conversa política, baseada no consenso e no conhecimento especializado dos participantes, e inaugurou um novo modo de fazer que demandava da audiência alto nível de sofisticação política e cultural.

²⁰ No original: “in the early 1990s a number of television *talk-shows* hosts rose to national prominence by combining news, public affairs, and entertainment in new or recycled talk-show formats”.

As mesmas observações podem ser vistas na bibliografia referente aos programas de debates. Também inseridos na nomenclatura “*talk show*”, os programas de debate se propõem a um espaço de diálogo com uma platéia que participa do programa podendo tirar dúvidas, fazer comentários, etc. Sonia Livingstone e Peter Lunt (1994) afirmam que nesses programas o conhecimento especializado é substituído pelo conhecimento leigo, que interpela a audiência a partir do que é vivido. O participante do programa, portanto, não possui credibilidade pelo saber instituído, mas pela experiência. Nesse caso, o que definiria a dimensão de “debate” é a participação e a pluralidade de vozes. A contradição de idéias não é um critério rigoroso para a existência de um debate nesses programas.

Arquembourg, Lochard e Soulages (2006) possuem uma perspectiva diferenciada, percebendo na televisão francesa modelos diferentes de debates, que migraram de uma abordagem mais informativa para uma mais vinculada à lógica do entretenimento:

Esses programas, que estavam inscritos inicialmente numa filiação informativa, escaparam, hoje, do controle das redações das emissoras. Eles são produzidos, como a quase totalidade dos programas de fluxo (entretenimento, jogos), por sociedades de produção privada, dirigidas por apresentadores de forte notoriedade que se constituem na figura de proeza e a essência do valor mercadológico²¹ (ARQUEMBOURG, LOCHARD e SOULAGES, 2006, p. 43).

Os autores consideram que, historicamente, os programas de debate possuem abordagens distintas: uma, mais tradicional, vinculada aos debates da sociedade e da política a partir de um ideal de serviço público que as televisões francesas públicas buscavam cumprir, e um modelo mais próximo do entretenimento, que se formou a partir da privatização das redes televisivas.

Seguindo uma abordagem semelhante, Henrik Örnebring (2003) apresenta uma caracterização histórica dos programas de debate que permite compreender as modificações do gênero ao longo dos anos. Segundo o autor, os programas de debate suecos se distribuem em três fases. A primeira, denominada por ele como “debate cortês”, se desenvolveu de 1956 a 1968, e era

21 No original: “Ces programmes, qui éteint inscrit initialement dans une filiation informative, ont aujourd’hui pour l’essentiel échappé au contrôle des rédactions des chaînes. Il sont produit, comme la quasi-totalité des programmes de flux (divertissement, jeux), par des sociétés de production privées, dirigées par des animateurs à forte notoriété que en constituent les figures de proue et l’essentiel de la valeur de marchande ».

caracterizada pela presença de uma elite intelectualizada – políticos, professores, jornalistas, representantes de organizações - a fim de educar a população. A função do mediador era organizar o debate, garantindo que todos os participantes pudessem falar e replicar, funcionando de forma semelhante aos debates parlamentares. A cordialidade era a marca central das conversas e não havia pretensão de confrontar opiniões diferentes, mas de complementá-las, a fim de firmar um consenso e apresentá-lo à audiência.

De 1968 a 1984 a televisão viveu uma nova fase. O ano de 1968, com as manifestações estudantis, a luta por direitos igualitários, os movimentos em defesa das minorias, criou uma audiência mais combativa e crítica e, por conseguinte, modificou as expectativas com relação aos meios de comunicação. A postura consensual do período anterior deu lugar a uma atitude questionadora e confrontadora por parte do público. Desta forma, os programas televisivos também precisaram se reconfigurar para levar à audiência um “debate crítico”. Como a finalidade era o confronto de idéias, os convidados, obrigatoriamente, possuíam pontos de vista diferentes. O público ganhou maior participação e os jornalistas destacavam-se no papel de levar informação e esclarecimento sobre as instâncias de poder.

Nesse período, era possível notar uma variedade de modelos de construção dos programas. Os programas consensuais do período anterior sobreviviam com o objetivo de educar a audiência. No entanto, eles dividiam espaço com duas programações distintas: um jornalismo mais crítico, que tratava de problemas sociais, e programas mais relacionados ao entretenimento, em decorrência do surgimento de um segundo canal televisivo na Suécia que precisava prender a atenção da audiência. A presença de artistas como convidados e a postura de apresentadores que intervinham mais na entrevista figuraram uma nova gramática desses programas, que se consolidou no período posterior.

O acirramento da concorrência entre a TV pública e a TV comercial na Suécia provocou novas formas de atrair a atenção da audiência. O avanço da tecnologia, que permitiu o uso de novos recursos da linguagem televisiva (como a edição de matérias em formatos de clipe, a utilização de recursos visuais e sonoros), e a cópia de modelos televisivos norte-americanos (como o programa *The Phil Donahue Show*) levaram a uma fase denominada por Örnebring (idem) como “debate popular”, que transcorreu de 1984 a 1996. A pornografia, as brigas entre maridos e esposas, a fidelidade entre os casais tornaram-se a temática privilegiada dos

programas. A abertura para a participação da pessoa comum e a elevação dos apresentadores ao nível de celebridades também se tornaram a marca dos debates, que abandonavam o ponto de vista especializado para adotar uma versão do mundo a partir do conhecimento popular.

A falta de registros históricos sobre programas de debates, no Brasil, inviabiliza a compreensão das transformações ocorridas no subgênero. Sabe-se que, nos anos 1950, os programas de debates surgiram no formato de mesa redonda com a proposta de oferecer aos telespectadores um *debate* sobre assuntos de interesse público. Esse “interesse público” se cumpria na apresentação de “crianças aleijadas e seu arrimo, a mula” (JORNAL DO BRASIL apud FREIRE FILHO, 2004, p. 92). Além desses, eram comuns as mesas redondas esportivas para discutir sobre o último jogo e os placares da rodada²². Como a televisão, no Brasil, já nasceu comercial, era comum que a programação se dirigisse a áreas ligadas ao entretenimento. Ao mesmo tempo, o momento político brasileiro, com uma democracia ainda instável, não permitiu que esse subgênero se consolidasse por meio do debate entre candidatos, ou pela discussão de melhores propostas de governo. Assim, se se pode efetuar uma comparação dos programas de debate brasileiros com os europeus, é possível notar uma inversão: a vinculação com o âmbito do entretenimento se deu originalmente e, apenas com o processo de redemocratização do país, é que ele passou a ser um subgênero vinculado a assuntos que fomentassem discussão pública.

É muito comum, tanto na bibliografia disponível sobre o tema, quanto nos programas e na crítica televisiva, um imbricamento dos sentidos de entrevista e debate: toma-se um pelo outro, como se debate se referisse ao modo como a conversação é praticada. Assim, as entrevistas são usadas como gancho para engendrar um debate. Nesses casos, é possível perceber que o que melhor caracterizam um debate é: a troca de idéias, independentemente de onde se pretende chegar, e a contradição de idéias, quando as posições de um são colocadas contra outro interlocutor. Assim, os programas de debate põem em prática uma das duas formas.

No Brasil, o desenvolvimento de programas que usam a conversação como estratégia central de construção se deu de modo a valorizar ainda mais as distinções entre os gêneros

²² O primeiro registro que se tem sobre esse formato no jornalismo esportivo é o programa Mesa Redonda, exibido pela TV Record, em 1954. Segundo André Ribeiro (2007), esse programa foi o “precursor das atuais mesas de debates esportivos exibidas nos finais de semana” (2007, p. 158).

jornalísticos e os que se vinculam ao entretenimento. Tanto que a importação da designação “*talk show*”, aqui, é mais recente, a partir dos anos 1990 e da estréia do programa *Jô Soares Onze e Meia*, pelo SBT. A disseminação do uso do termo se deu por conta da proximidade visual que o programa brasileiro efetuava com o *The Late Show with David Letterman*, *talk show* criado nos anos oitenta. Até então, a designação mais comum era “programas de entrevistas”, formato cuja ascendência remete ao período final da ditadura militar, no qual o telejornalismo se abriu a novas possibilidades de emprego da gramática audiovisual, criando novos produtos. Do ponto de vista do conteúdo, prevaleceu a abordagem política e o desempenho da função política do jornalismo de cobrar mudanças – naquele contexto, essas mudanças se referiam ao retorno à democracia. Outros programas que tinham a conversação como estratégia foram excluídos da narrativa sobre a história do telejornalismo e encerrados em gêneros distintos, mais vinculados ao entretenimento.

É nesse sentido que se faz necessário reconstruir uma noção de jornalismo que abarque essas transformações a partir de sua processualidade. A conversação, portanto, quando associada ao telejornalismo, recebe diferentes contornos do que normalmente é apresentado pelos autores. Reposicionar o jornalismo, enquanto instituição social em formação, é o primeiro passo para a compreensão das configurações possíveis que a conversação pode receber no telejornalismo, seja a partir de uma atualização dos formatos de entrevista e debate, seja pela instauração de novos usos. É nesse sentido que o capítulo seguinte se encaminha, propondo uma perspectiva de jornalismo que dê conta de suas configurações na contemporaneidade.

2. O JORNALISMO NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Considerando as revoluções burguesas (marcadamente a revolução industrial e as revoluções político-sociais da França e da Inglaterra), o Iluminismo e a formação das democracias européias como fatores contextuais determinantes para a institucionalização do jornalismo, boa parte dos estudos do jornalismo assume as premissas formadas nesse cenário, há dois séculos, como parâmetro normativo para o exercício do jornalismo contemporâneo. Assim, o jornalismo teria a função de informar a sociedade sobre os fatos de interesse público de maneira objetiva. As práticas jornalísticas calcadas nesses parâmetros são tomadas como o modelo de referência, o discurso auto-legitimador do jornalismo ou ainda o modelo dominante.

O que aqui se pretende desenhar é um olhar culturalista sobre o jornalismo, que traz implicações relevantes sobre a forma como ele é concebido ao se articular com a cultura. Reconhece-se que as premissas formadas nos séculos XVIII e XIX existem ainda hoje definindo as expectativas sociais sobre seu papel. No entanto, elas não se constituem da mesma maneira, oferecendo releituras em função de adaptações nas sociedades que as incluem. Assumir, portanto, que o jornalismo é uma instituição social, na concepção dos Estudos Culturais, significa reconhecê-lo como prática cultural em permanente transformação, enquanto processo²³. Segundo Peter Dalhgren,

com os Estudos Culturais testemunhamos um esforço teórico mais ambicioso e sistemático para examinar a natureza do jornalismo, frequentemente colocando em questão as demarcações que o jornalismo faz entre ele próprio e outras formas de produções mediáticas²⁴ (DALHGREN, 2003, p. 3).

Deseja-se efetuar essa abordagem em torno de quatro aspectos que parecem centrais para a concepção do jornalismo hodierno. O primeiro é a noção de esfera pública, tal como pensada por Jürgen Habermas (1984) como “categoria da sociedade burguesa”, que permite pensar o jornalismo na relação com os campos político e econômico, mas abre-se para incluir versões alternativas, voltadas para o sensível e emocional. A consideração da esfera pública traz como desdobramento a redefinição de outra premissa fundamental: o interesse público e, com ele, a

²³ Ver PARTE II, “A natureza processual do telejornalismo”.

²⁴ No original: “[...] with cultural studies we witness more ambitious and systematic theoretical efforts to examine the nature of journalism, often putting into question the demarcations which journalism draws between itself and other forms of media output”.

própria noção de público, que passa a considerar a multiculturalidade. O terceiro aspecto tratado é a questão do quarto poder e do exercício de vigilância efetuado pelo jornalismo, que agrega valores de independência e autonomia profissional. Em quarto lugar, a própria função assumida pelo jornalismo para representação dos fatos cotidianos para o público e os rituais usados para isso, especialmente a objetividade.

2.1. O jornalismo e as esferas públicas

Desde a publicação do livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, em 1964, até hoje, o conceito de esfera pública, formulado por Jürgen Habermas, já foi criticado, ampliado, negado e reconfigurado para se adaptar às recentes condições da política e das comunicações de massa contemporâneas²⁵. Tais críticas provêm da origem do conceito de esfera pública que, para Habermas, estava concretizado na sociedade inglesa do século XVIII. O autor define a esfera pública como

a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

Nesse fórum público de debates, os indivíduos possuíam apenas duas armas: o argumento e a discursividade. Assim, era por meio das conversações que argumentos racionais eram formulados e trocados. Só poderia haver deliberação por meio da argumentação. O conceito de esfera pública está estritamente ligado à formação do Estado moderno e também ao Iluminismo, uma vez que era pelo exercício da *ratio* que todos os indivíduos poderiam ter acesso ao debate público. A finalidade última era a formação da opinião pública, um conjunto de vontades consensuais, obtido por meio do debate argumentativo racional.

Duas instituições emergem como instrumentos da esfera pública: o Parlamento é a concretização e institucionalização da esfera pública que se dá entre agentes profissionais e não mais com o público; e a imprensa, com o papel de informar, criticar e educar, fornecendo os temas que entrarão no debate público.

²⁵ Apenas para citar alguns autores, Peter Burke e Asa Briggs (2006) mostram que, ainda no século XV, a população de Florença se reunia em praça pública para discutir questões políticas fomentando uma esfera pública; Nancy Fraser (2007) afirma uma ampliação da noção de esfera pública para incluir o feminino; Roger Silverstone (2003) aponta para a “suburbanização” da esfera pública.

O próprio Habermas, quando aponta para uma mudança estrutural, afirma o esvaziamento da esfera pública, sua encenação na vida pública por conta de transformações nas condições que permitiram sua origem. Três mudanças foram significativas para reconfiguração desse cenário no século XX: 1) mudança de mercado - que passou a incorporar grandes empresas e alcançou-se maior nível de competitividade; 2) acessibilidade – o debate público passou a representar interesses de classe e não mais dos indivíduos reunidos num público; 3) esfera privada – as ações do Estado passam a se desenvolver para o indivíduo e não mais para a família. Ora, se o contexto que permitiu o surgimento da esfera pública mudou a tal ponto que reconfigurou suas características básicas – a acessibilidade, a discursividade e a racionalidade – já não pode mais existir esfera pública, conclui Habermas. O que existe, segundo o autor, é algo muito semelhante a ela, apenas como valorização de índices que ainda dão sustentação ao Estado democrático de direito, a opinião pública seria o principal deles.

Num texto um pouco posterior, Habermas resume a falência da esfera pública:

a idéia de esfera pública, preservada no Estado de bem estar da democracia de massa, uma idéia que reclama a racionalização do poder através do intermédio da discussão pública entre indivíduos privados, ameaça se desintegrar com a transformação estrutural da própria esfera pública²⁶ (1974, p. 55).

A questão que se apresenta como pano de fundo é: a esfera pública, compreendida como “o âmbito da vida social em que se realiza, em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específico, a discussão permanente entre pessoas privadas reunidas num público” (GOMES, W., 2005, p. 16), deixou de existir ou ela pode se reconfigurar para incluir outras práticas?

A formulação de Habermas apresenta-se demasiadamente fechada a qualquer outro contexto em que a troca de argumentos sobre quaisquer assuntos poderia se dar. Assim, o conceito de esfera só se aplicaria, de fato, na Inglaterra do século XVIII, o “caso modelo” adotado pelo autor. Quando Peter Burke e Asa Briggs (2006) afirmam que desde o século XVI, em países como Alemanha, França e Holanda, houve a formação de uma esfera pública por conta das

²⁶ No original: “The idea of the public sphere, preserved in the social welfare state mass democracy, an idea which calls for a rationalization of power through the medium of public discussion among private individuals, threatens to disintegrate with the structural transformation of the public sphere itself”.

lutas religiosas da Reforma, eles procuram deslocar a existência da esfera pública de um âmbito tão restrito, e passam a incorporar o conceito, praticado nos mesmos moldes, a uma situação que não era propriamente política, necessitando de outras instituições. Os autores apontam, inclusive, o papel da mídia que, por meio de panfletos, cumpria uma função semelhante à dos jornais opinativos no século XVIII.

Para se compreender a validade do conceito de esfera pública na cultura contemporânea, é necessário apontar as transformações sociais, políticas e econômicas como um novo contexto que implica em novas formas de argumentação e novas estratégias discursivas – não somente o argumento – para asseverar o debate público. Uma dessas transformações diz respeito ao papel da imprensa que, segundo Habermas, está no centro das modificações da esfera pública. Fazendo uma leitura do texto clássico de Habermas, Wilson Gomes resume essa mudança de papel dos meios de comunicação e sua interferência do enfraquecimento da esfera pública:

No modelo liberal, a imprensa era ao mesmo tempo um lugar, uma ocasião e um meio da pública comunicação. Nela, por ela e com ela se estabelecia o debate aberto e racional acerca de quaisquer objetos de interesse comum levado a termo por um público de pessoas privadas aptas para o uso público da razão. A opinião pública emerge desse debate como a sua meta alcançada. Na contemporaneidade, a imprensa finda por ser o lugar, ocasião e meio pelo qual aquilo que se quer que se torne opinião pública deve circular para obter assentimento dos privados. Não é um meio de debate do qual se espera emergir uma opinião, mas um meio de circulação de opiniões estabelecidas às quais se espera uma adesão, o mais amplamente possível, de um público reduzido a uma massa chamada de tempos em tempos a agir plebiscitariamente⁹. Uma esfera pública constituída dessa arte não passa de um meio de propaganda (GOMES, 2005a, p. 24).

A compreensão de Habermas sobre o papel da imprensa ressalta os modelos de jornalismo que se sucederam nos séculos XVIII e XIX: o opinativo e o informativo, respectivamente. Assume o autor que pelo jornalismo opinativo, o público poderia se inserir num debate fornecendo, ele mesmo, suas opiniões. Por conta disso é que os jornais desse século passam a trazer a seção de carta dos leitores, como forma de dar visibilidade a problemas e queixas públicas. A imprensa informativa, por outro lado, era responsável por nutrir a sociedade com informações concernentes à vida pública e ao interesse público. Habermas adverte que “só existe uma imprensa em sentido estrito a partir do momento em que a transmissão da informação regularmente torna-se pública, ou seja, torna-se por sua vez acessível ao público em geral” (1984, p. 30). Ao efetuar uma crítica à nova “esfera pública”, afirmando-a como uma encenação, Habermas considera o papel dos *mass media* (não mais a imprensa

exclusivamente) em fornecer opiniões já formuladas e apenas transmiti-las ao público, que adere a elas sem envolver-se num debate racional, critério primeiro para a existência da esfera pública.

A crítica efetuada por Habermas e a postulação do declínio da esfera pública na contemporaneidade permite pensar em dois elementos: a compreensão do lugar da recepção; a inclusão de outras formas comunicativas que não apenas o jornalismo e, conseqüentemente, perceber-se-á uma transformação no sentido de esfera pública, pois já não se trata da imprensa e seu papel, mas da mídia em geral. Sobre o lugar da recepção, Habermas a destitui de qualquer possibilidade de reação ou mesmo da formação espontânea, na vida cotidiana, de conversas privadas em ambientes privados. Na contemporaneidade, os indivíduos seriam seduzidos pelas estratégias midiáticas de convencimento, chegando a um consenso formulado previamente:

este convencimento prescinde da discussão e da racionalidade, porque não quer conseguir convicção lógica: precisa, sim, da simpatia, da boa vontade, da adesão não importando se a sua origem é racional ou meramente emocional – por isso serve-se da sedução (GOMES, 2005a, p. 24).

Parece, porém, que os procedimentos do jornalismo continuaram os mesmos: fornecer informações para que, num segundo nível, os indivíduos engajem-se em conversações a fim de formar uma opinião consensual. Isso porque o discurso dominante do jornalismo assume, ainda, a fomentação de uma esfera pública racional como seu papel político. A dimensão habermasiana de esfera pública, portanto, permanece enquanto ideal do jornalismo e, conseqüentemente, qualquer atividade que não ratifique a racionalidade e a argumentação é considerada externa ao campo jornalístico. Örnebring e Jönsson (2001) afirmam que concepção da esfera pública exclui outras práticas de jornalismo, como o tablóide, acusado de sensacionalismo, de enfatizar a emotividade e de simplificar questões complexas. A tabloidização se transfere da imprensa, local onde surgiu, para as mais variadas formas de jornalismo, em especial o televisivo. O jornalismo tablóide é tomado, pelo discurso dominante, como “mau jornalismo” por se opor à seriedade, responsabilidade, atividade crítica que o “bom jornalismo” deve possuir. Posto que o jornalismo tablóide sempre existiu, acompanhando o modelo dominante, os autores propõem a consideração de uma esfera pública alternativa, na qual o jornalismo tablóide se coloca como instância de mediação para dar espaço a públicos marginalizados do discurso dominante.

O mesmo argumento é dado por Sonia Livingstone e Peter Lunt (1994) ao tratarem os *talk shows* como espaço de visibilidade de assuntos e pessoas que normalmente não aparecem no jornalismo. Os autores chegam a afirmar essa esfera pública alternativa, que pode se formar em diversos espaços, como uma esfera pública oposicional, oferecendo resistência ao padrão dominante. Nisso, a televisão pode oferecer uma importante contribuição ao se constituir, ela mesma, numa arena de debates, levando ao estúdio pessoas que não têm acesso aos representantes públicos que podem direcionar suas questões e pautar assuntos que são de interesse privado²⁷.

2.2. Qual o público do interesse público?

A idéia de que o jornalismo deve agir como formador de uma esfera pública dá relevo à dimensão social da prática jornalística, ou seja, de uma atividade voltada para a esfera civil. O jornalismo foi-se configurando como instituição direcionada para o público e para todos os seus derivados: “opinião pública”, “interesse público”, e as expressões que são tomadas, muitas vezes, como seus sinônimos: “cidadão comum”, “bem comum”, etc. Todos esses termos têm sido traduzidos pela expressão “interesse público” e é ela que, segundo Wilson Gomes (2005a), está no coro da institucionalização do jornalismo e na fundamentação de seu papel social.

Nelson Traquina (2004) aborda o “interesse público” a partir de um olhar idealista do jornalismo, como se esta fosse sua missão: “interesse público” refere-se ao papel da mídia de representar a sociedade e seus interesses, à defesa dos cidadãos contra um governo autoritário que destitua a ordem social e roube as liberdades individuais, à função de levar ao público as informações que precisam para exercerem sua atividade política na vida cotidiana. Assim, a idéia de “interesse público” também se alia fortemente à da formação de uma esfera civil politicamente ativa, não apenas no voto, mas na deliberação dos assuntos comuns.

Mais do que uma orientação prática, “interesse público” está no núcleo do discurso social do jornalismo ou, noutros termos, de sua ideologia profissional. De maneiras semelhantes, Wilson Gomes (2005a) e Mark Deuze (2005) vão abordar o “interesse público” como valor que colabora tanto para formar o ideário profissional, quanto como uma espécie de contrato

²⁷ A efetivação dessa esfera pública participativa por meio da conversação nos programas jornalísticos brasileiros será abordada na Parte III, “Jornalismo, conversação e democracia”.

social acerca do jornalismo. Considerando um discurso social como um conjunto de locuções, textos e falas em circulação que visa, primeiro, construir a identidade de um grupo e promover o engajamento de seus participantes nesse discurso, e, segundo, legitimar o grupo socialmente apontando a importância de sua existência para a própria sociedade, Wilson Gomes (2005) explica que o “interesse público” está no centro do discurso social do jornalismo, parâmetro usado pelos jornalistas para justificarem suas reportagens, para a estruturação dos produtos jornalísticos e para o cumprimento de seu papel social.

Mark Deuze (2005) entende o discurso dominante sobre a ideologia profissional jornalística como um conjunto de valores, estratégias e códigos que caracterizam o jornalismo e são compartilhados pelos profissionais. No entanto, em sua perspectiva, a ideologia é uma prática ativa e está em constante negociação. Não é um conjunto estabelecido, mas está em formação a partir de modificações históricas da concepção do que é o jornalismo e como ele pode legitimar-se na sociedade. Assim, os dois autores partem do senso comum do que seria o “interesse público”, expressado por Gomes como “o direito que o público tem de saber determinadas coisas de seu interesse” (2005, p. 67), ou, conforme Deuze, o sentido de fazer algo pelo público (2005, p. 447). Para ambos, o jornalismo assume o papel de vigilante (*watchdog*) do *status quo* em nome do público, ou seja, age como seu representante²⁸.

Tal como apontado por Traquina (2004), foi no contexto das revoluções burguesas do século XVIII que o jornalismo se apropriou da noção de “interesse público” para fundamentar sua função social. Segundo Gomes (op.cit.), a imprensa assumiu propriedades que remetem às transformações sociais e políticas daquele momento. Assim, a imprensa opinativa é, primeiro, burguesa e seu combate é contra o Estado e a favor da esfera civil. Segundo, a imprensa é iluminista, o que implica considerar o peso da argumentação e do debate, da racionalidade de homens livres para a decisão sobre o bem comum. O debate público visa tirar os assuntos do segredo e torná-los aptos para o escrutínio público. A argumentação e a racionalidade são as maneiras pelas quais os assuntos comuns devem ser discutidos, o que também configurava as práticas jornalísticas (Guerra, 2003, p. 37). Em terceiro lugar, a imprensa nasce liberal, o que enraíza os valores de liberdade individual, liberdade de imprensa e de opinião.

²⁸ Neste momento, pretende-se fazer uma abordagem mais direcionada ao caráter público do jornalismo, ou seja, sua vocação para a sociedade. A questão da vigilância será abordada mais detalhadamente no próximo parágrafo, associado-a ao conceito de “quarto poder”.

O autor argumenta, porém, que essas características, mais evidentes no jornalismo opinativo, se esvaziaram quando da democratização das sociedades, pois a esfera pública, antes associada à esfera civil nas conversações cotidianas, se institucionalizou nas assembleias e parlamentos, espaços oficiais onde há debate e tomada de decisão. Nisso reside o problema de que o público não é mais interpelado como cidadão, mas como audiência: no modelo mercadológico do jornalismo – que se estabeleceu com a *penny press* – sua nova missão seria servir ao interesse de um público consumidor de notícias e não somente direcionar-se a sua vocação política.

Suprir o mercado de informações num estado de enorme concorrência, para um conjunto de consumidores com a maior quota de tempo livre e com o maior poder de escolha da história da humanidade, num ritmo de produção cada vez mais acelerado (chegamos, com a internet, ao estágio dos estoques informativos renovados a cada minuto) e para atrair uma audiência distraída, dotada dos interesses os mais diversos e cada vez mais distanciada da vida política – eis o propósito, a meta e a razão de ser do jornalismo empresarial contemporâneo (GOMES, W., 2005a, p. 69).

Apesar disso, ainda hoje, o discurso dominante do jornalismo emprega o “interesse público” como valor legitimador essencial²⁹, referenciando-se ao mesmo sentido que o originou na época das Revoluções burguesas do século XVIII, constituindo-se “vozes de outro tempo e de outro jornalismo”, como afirma Wilson Gomes (2005a, p. 70). Refutando a idéia de que o interesse público deve ser tomado como valor absoluto do jornalismo, Gomes (2005a) argumenta que para a compreensão das reais práticas jornalísticas contemporâneas, deve-se manter a dimensão de público a partir da perspectiva da cidadania, ou seja, o interesse público diz respeito, ainda, às questões políticas. Mas dever-se-iam encontrar outros valores que, em diálogo com o interesse público, explicariam outras práticas e formas jornalísticas, como o jornalismo esportivo, cultural, rural, etc. O autor conclui que

o jornalismo oferece basicamente *instantâneos* de eventos, fatos, fenômenos socialmente relevantes e circunstâncias. Uma parte apenas desses instantâneos, dessas fotografias, consiste em informações imediatamente importantes para a tomada de posição política e para a orientação política do

²⁹ Para Gomes, o interesse público é um valor que supera os demais e funciona como critério decisivo para as práticas jornalísticas: “a prescrição é precisa e vale como determinação moral: nos casos em que dois valores morais entram em conflito, o jornalista deve obedecer àquele valor que se relacionar diretamente à satisfação do interesse público” (GOMES, 2005a, p. 67).

cidadão. O resto satisfaz todo o tipo de demandas de informação, que vai desde os últimos lançamentos em *home theater* até a última conquista do ator do momento, do novo filme do nosso diretor preferido até as novas tendências na criação de caprinos (GOMES, 2005a, p. 76).

Mark Deuze (2005) também reconhece uma mudança na dimensão de público, o que, por conseguinte, deveria levar a novas formulações sobre a idéia de “interesse público” e do próprio público. Para Deuze (*idem*), duas questões problematizam o jornalismo contemporâneo: 1) a relação com a tecnologia, que permite uma produção de notícias multimidiática e interativa; e 2) a multiculturalidade que marca as sociedades contemporâneas e a redefinição do “público”. Sobre esse segundo aspecto, Deuze afirma que, para o jornalismo cumprir seu papel de porta-voz da sociedade, ele precisa conhecer que sociedade é essa que está se formando a partir de amplos movimentos migratórios entre pessoas e culturas distintas. Assim, a dimensão de “público” deve-se ampliar para incorporar indivíduos com tradições, visões de mundo, rituais distintos dos já conhecidos. Para atingir o público como cidadão é preciso conhecer suas necessidades e atuar de forma inclusiva a partir de demandas específicas que surgem dessa nova configuração.

Como consequência, o jornalismo tem-se reestruturado de modo a incluir diferentes representações do público multicultural e tem adotado um novo papel social. Segundo Deuze (*idem*), o serviço ao interesse público não está mais relacionado somente à transmissão de informação dos fatos para o público, mas ao incentivo das conversações sociais (2005, p. 455). Para Mark Deuze (*idem*), o público deve ser interpelado em seu papel como cidadão, pois o que se transforma, na verdade, são as estratégias jornalísticas para isso: contratação de profissionais que representem esses grupos sociais, levar ao estúdio especialistas para tratar desses assuntos, buscar novas vozes na comunidade. Assim, o autor não problematiza o “interesse público”, mas amplia a dimensão do público e o novo papel que o jornalismo deve assumir.

Ainda tomando como parâmetro a idéia de público-cidadão que originou a noção de “interesse público”, é necessário ampliar essa dimensão a fim de incluir outras interpelações do público que não apenas pela cidadania, conforme apontado pelo modelo liberal de jornalismo. Frequentemente, os jornalistas assumem seu papel como servidores do interesse público referindo-se ao tratamento de questões como violência urbana, saúde, transporte, índices sociais (desemprego, analfabetismo, etc) entre outros assuntos que fazem parte do cotidiano

dos indivíduos, mas que não necessariamente fazem referência à cidadania, traduzida como o direito ao voto. Sendo assim, as notícias que divulgam novas pesquisas para a cura do câncer de mama, o tiroteio entre policiais e traficantes nas favelas, tendências do mercado imobiliário, nem sempre são enquadradas³⁰ como questões de política (saúde pública, segurança pública, moradia), mas como informações que o público precisa saber para orientar sua vida cotidiana.

Deste modo, se no discurso dominante do jornalismo o interesse público deve referir-se à cidadania e ao papel político dos indivíduos, a dimensão de política deve ser ampliada o suficiente para incluir essas questões que ganham relevância na vida cotidiana. Nas recentes perspectivas deliberacionistas³¹ sobre a democracia e o papel da mídia é possível constatar que “é difícil definir o que seria uma informação política ideal, já que materiais de naturezas diversas podem tornar-se relevantes para a ação dos indivíduos em seus múltiplos papéis como cidadãos, e não apenas como eleitores” (MAIA, 2008, p. 172). Sendo assim, os deliberacionistas ampliam a dimensão de política afastando-a de uma dimensão puramente institucional, ou seja, vinculada a questões de Estado, mas que inclua educação, segurança, cuidados com a saúde física e mental, riscos no ambiente do trabalho, ou seja, questões que ganham relevo no cotidiano. Sendo assim, o cotidiano é, ao mesmo tempo, o lugar da afetividade e da tomada de consciência (Martin-Barbero, 1997, p. 289), o espaço onde os indivíduos dão significados à suas experiências e partilham esses significados, criando formas de sociabilidade.

Ao considerar que o interesse público deve estar articulado com valores outros para dar significado ao jornalismo, Wilson Gomes (2005) acaba postulando uma redefinição do papel do jornalismo contemporâneo: o jornalismo serviria para “orientar escolhas, basear

³⁰ Assume-se aqui o conceito de enquadramento tal como formulado por Erving Goffman (1985) – discutido no capítulo anterior – e adaptado ao jornalismo por Robert Entman (1993), para quem “enquadrar *significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular de um problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito*” (ENTMAN, 1993, p.52; grifo do autor).

³¹ O deliberacionismo é uma corrente que, juntamente com a tradição liberal e a republicana, procura compreender a política e a democracia a partir de sua relação com a comunicação. No deliberacionismo, a legitimidade do estado democrático depende da relação entre o centro de tomada de decisões políticas e a esfera civil, esferas que devem permanecer num fluxo de comunicação contínuo e o papel da mídia seria, justamente, nutrir esse fluxo. Para os autores do deliberacionismo, as conversações cotidianas são fundamentais para que os cidadãos tenham capacidade de deliberar racionalmente sobre as decisões coletivas que os afetam (GOMES e MAIA, 2008, p. 16). Os postulados do deliberacionismo serão melhor abordados na Parte III, “Jornalismo, conversação e democracia”.

planejamentos, formar a própria opinião, montar perspectivas, selecionar pessoas, instituições e posições, formar afetos e disposições internas, construir sonhos e esperanças” (GOMES, 2005a, p. 76). Na perspectiva que aqui se pretende adotar, ao cumprir com essas funções, o jornalismo estaria exercendo seu serviço ao interesse público, uma vez que aparelha o indivíduo para a vida social, permite que ele formule opiniões sobre o mundo e dê significado às suas experiências. Assim, o jornalismo e a dimensão de interesse público devem ser pensados a partir de questões que envolvem sociabilidade, ou seja, daquilo que é compartilhado por um grupo ou sociedade, que gera partilha de afetos e permite troca de opiniões na vida cotidiana.

2.3. Jornalismo político no Brasil e o “poder moderador”

Segundo Nelson Traquina (2004), a expressão “quarto poder” (traduzido do inglês *Fourth State*) foi utilizada pela primeira vez em 1828 pelo deputado inglês McCaulay, ao referir-se à galeria onde se sentavam os jornalistas que cobriam os debates parlamentares. A ideia de uma mídia que vigiasse os três poderes constitucionais logo penetrou no discurso autolegitimador do jornalismo, que se apresentava na dupla função de representar a opinião pública e vigiar o poder. Pensando o modelo liberal de jornalismo atrelado ao sistema democrático de governo recém instalado, Traquina (idem) considera que foi no contexto da democracia que o papel de vigilância e a designação que incorpora essa atribuição – “quarto poder” – se consolidou no jornalismo e passou a ser reconhecido socialmente. Segundo o autor, “os pais fundadores da teoria democrática [...] reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *check and balances* (a divisão de poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo” (2004, pp. 22-23). Assim, à imprensa cabia o papel de fiscalizar as ações dos três poderes a fim de evitar uma “recaída” para sistemas autoritários de governo e assegurar as liberdades individuais e a autonomia do público-cidadão na sociedade.

A dimensão de “quarto poder” é, talvez, uma das expressões mais evidentes da relação entre jornalismo e política, pois envolve diretamente a forma como os jornalistas compreendem seu papel diante das instituições governamentais. Ratificando o valor de independência e autonomia, o jornalismo compreende que parte de sua função social é fornecer aos cidadãos o instrumental informativo necessário para suas ações cívicas. Por conta disso, o “quarto poder” é um termo considerado universal para o jornalismo liberal contemporâneo.

Afonso de Albuquerque (1999, 2008, 2009) demonstra, porém, que a efetivação do papel de “quarto poder” não se dá de maneira evidente e semelhante, mas possui variações culturais que decorrem das relações construídas, em países diversos, entre a comunicação e a política. Assim, os textos de Albuquerque apontam para dois fenômenos: 1) a relação entre jornalismo e política em diferentes contextos culturais; 2) a compreensão da cultura política e como ela afeta a relação com a mídia.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Albuquerque (2009) demonstra as apropriações da idéia de “quarto poder” a partir de três tradições mais explícitas. A primeira refere-se ao *Fourth State*, de tradição liberal britânica e fortemente ligado à publicização dos temas políticos, permitindo um engajamento do público no debate político em âmbito nacional, e estendendo as questões para vários locais. Os poderes, aqui, não são os institucionalizados, mas as três classes feudais: primeiro estado (clero), segundo estado (nobreza), que se reuniam na câmara dos Lords, e o terceiro estado (comuns), que se reunia na câmara dos comuns, onde a imprensa tinha seu lugar.

O *Fourth Branch*, mais vinculado à perspectiva norte-americana, diferentemente do anterior, diz respeito à divisão de poderes. Esta matriz aposta no equilíbrio e na interdependência dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – para reger a sociedade. É justamente aí que a mídia encontra seu lugar: promovendo esse equilíbrio e transformando-se em um “ramo” (*branch*) do governo. Assim, o poder da mídia reside no controle de selecionar as notícias, promovendo a interligação dos três poderes com a sociedade.

A terceira perspectiva é a de *Poder Moderador*, que expressa a relação entre jornalismo e política no Brasil. A formulação do conceito de “poder moderador” remete à formação do Estado brasileiro, desde os tempos monárquicos, até a ditadura militar. A Constituição brasileira de 1824 previa o poder moderador centrado na figura do monarca que lhe permitiria exercer uma autoridade sobre os outros três de forma neutra, com interesse em preservá-los.

Afonso de Albuquerque afirma que

três concepções acerca do Poder Moderador, enfatizadas durante a Constituinte, concorreram para definir as suas atribuições. A primeira o caracterizava como um lugar privilegiado ocupado pelo chefe do Estado, que se situaria acima da “política” e seria merecedora de um respeito incondicional; a segunda o definia o Imperador [sic] como a suprema

autoridade vigilante da nação e ao Poder Moderador como um poder de exceção, que deveria ser acionado na defesa da ordem constitucional de modo a impedir a perturbação da ordem pública; a terceira percebia o Poder Moderador como um recurso de centralização política. De modo concreto, os termos da adoção do Poder Moderador possibilitaram à Coroa brasileira atuar de duas maneiras distintas: como Executivo forte, governando acima das facções políticas (como aconteceu no Primeiro Reinado) ou como árbitro do jogo político entre os partidos (como ocorreu no Segundo Reinado) (ALBUQUERQUE, 2009, p. 9).

Após esse episódio, em diversos outros momentos da vida política nacional formou-se a idéia de moderação: no início da República, em 1889, percebia-se a necessidade de manter o papel do poder moderador a fim de estabilizar os outros três; a Política dos governadores do início da República é descrita como um equivalente ao poder moderador; no breve período de democracia no fim do Estado Novo, foram as forças armadas que reivindicaram um lugar de ordem institucional, para arbitrar os conflitos entre o governo e a sociedade civil, até o golpe de 1964; no processo de redemocratização do país, em 1985, foi a imprensa que reivindicou o papel de fiadora da democracia e de suas instituições: “não se trata de dizer que o jornalismo brasileiro opera de fato como um Poder Moderador, uma vez que não existe qualquer tipo de amparo constitucional para isso, mas de sugerir que, em boa medida, é este papel que ele se propõe a desempenhar” (2009, p. 10).

Vinculada muito fortemente a um elemento da cultura política nacional, a noção de poder moderador revela a forma como o jornalismo se relaciona com o campo político. Ampliando a proposta de Daniel Hallin e Paolo Mancini³², Albuquerque (2008) compreende a cultura política nacional a partir de duas variantes: 1) o nível de estruturação partidária, tendo em vista o grau de influência que as clivagens exercem junto ao governo e à vida política como um todo; 2) o grau de intervenção dos meios de comunicação nos assuntos políticos (2008, p. 11). Assim, no Brasil, encontra-se um sistema partidário fracamente estruturado, mas uma mídia politicamente ativa: os partidos não têm muita influência na forma de governo, mas há “desconfiança generalizada quanto à maturidade e o bom funcionamento das instituições políticas, e a percepção de que é imperativo agir para modificá-las ou, pelo menos, corrigir o seu funcionamento (2008, pp. 13-14). Como os partidos são pouco enraizados na sociedade, outras instituições reivindicam esse papel.

³² Segundo Albuquerque, os autores promovem uma ampla pesquisa sobre diferentes culturas políticas tendo como referencial quatro variáveis: 1) o nível de desenvolvimento dos mercados de mídia nestes países; 2) o grau de paralelismo entre os sistemas midiáticos e políticos; 3) o nível de profissionalismo no jornalismo; 4) o nível e a natureza da intervenção do Estado junto aos meios de comunicação.

É por conta do reconhecimento da fragilidade das instituições políticas que a mídia brasileira se assume como intérprete privilegiada dos interesses e árbitro dos três poderes constitucionais. Diferentemente da política norte-americana, que já possui uma dimensão de consenso mais ou menos estabilizada³³, a sociedade brasileira não é consensual sobre verdades fundamentais. Assim, no exercício de seu compromisso político, os jornalistas brasileiros dividem-se numa postura adversativa ao governo, defendendo um jornalismo direcionado à divulgação de ideologias de uma forma mais direta, ou preconizam um jornalismo independente-objetivo para sustentar sua postura governista. Ao desempenhar o papel de poder moderador, a imprensa brasileira reivindica autoridade para colocar um poder contra o outro a fim de manter a ordem pública.

2.4. Os rituais de construção de objetividade

“O meu trabalho é comunicar fatos”, dizia um jornalista da *Associated Press*, em 1856, “as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem” (apud TRAQUINA, 2004, p. 51). A afirmação expressava um padrão emergente da produção noticiosa que viria a tornar-se o paradigma do jornalismo nos anos seguintes. A separação entre fatos e opiniões marcava o início de um modelo de jornalismo que buscava distinguir-se dos anteriores – o opinativo e o literário – a partir do relato dos fatos. Assim, surge o conceito de objetividade para designar um ritual de cobertura jornalística que tinha nos acontecimentos sua matéria-prima.

Juntamente com o conceito de objetividade veio o próprio conceito de notícia e a profissionalização dos repórteres. No modelo de jornalismo político-partidário, os jornalistas escreviam teses e defendiam seus pontos de vista, especialmente sobre assuntos políticos. Com a chegada do paradigma informativo, surgiu a figura do repórter, que deveria ir em busca das informações, apurá-las e transmiti-las à audiência.

Ante as afirmações da necessidade de se praticar e consumir um jornalismo que seja espelho dos acontecimentos – noção cara à idéia do jornalismo como uma espécie de mediação

³³ O argumento do autor no texto é que, ao contrário do que preconizam alguns autores, o jornalismo político brasileiro não copiou o modelo norte-americano tal e qual. A dimensão de quarto poder e sua efetividade na mídia se dá formas distintas nos dois países, adaptando-se aos referenciais democráticos de cada um.

transparente entre a realidade e os indivíduos – o século XX trouxe novas formas de compreender a realidade, a linguagem e, por conseguinte, o papel do jornalismo. Se durante o período do Iluminismo acreditava-se que a linguagem refletia o mundo, com o desenvolvimento da semiologia e da semiótica, passou-se a considerar que: a produção de significados ocorria a partir dos contextos que inserem as falas e sua interpretação; que os signos são ideológicos e, portanto, não são neutros e transparentes (cf. BAKHTIN, 1999).

No que diz respeito ao jornalismo, a partir dos anos 1950, ganhou força nos Estados Unidos uma corrente de pesquisa vinculada às perspectivas construcionistas sobre a realidade. Assim, as notícias não seriam um espelho, mas uma construção, uma imagem que os jornalistas apresentam sobre o mundo. Voltados para a sociologia da produção, os autores vinculados ao construcionismo tinham como finalidade demonstrar os rituais de produção noticiosa, não apenas levando em conta seu valor simbólico, mas sua inserção na lógica comercial das empresas jornalísticas. Nesse contexto, Gaye Tuchman (1999) demonstrou que a noção de objetividade é empregada pelos jornalistas como uma maneira de defender-se contra possíveis acusações. Assim, os jornalistas empregam estratégias formais – apresentação de lados conflituais, uso de provas auxiliares, aspas e sequência apropriada – a fim de construir um texto que pretende demonstrar o distanciamento entre o repórter e o acontecimento descrito.

Seguindo uma perspectiva semelhante, mas mais voltada à história da imprensa, Michael Schudson (1978) revela que “a objetividade no jornalismo parece ter sido destinada a ser tanto um bode expiatório quanto uma crença, e ainda uma defesa mais desajustada do que uma afirmação sincera³⁴” (SCHUDSON, 1978, pp. 157-158, tradução nossa). Afirma o autor que a objetividade não era um paradigma essencial ao jornalista até o período posterior à I Guerra Mundial, quando os jornalistas precisavam legitimar seu trabalho.

Apesar dessas ressalvas, a noção de objetividade ainda se apresenta como um alicerce do jornalismo, definindo tanto as práticas dos jornalistas, quanto o reconhecimento da audiência e a atribuição de credibilidade às coberturas. Não se pretende defender, neste trabalho, que a objetividade deve ser pensada como maneira de espelhar a realidade e os fatos. No entanto, é preciso considerar, também, que os produtos jornalísticos fazem referência a um sentido de

³⁴ No original: “Objectivity in journalism seems to have been destined to be as much a scapegoat as a belief and more an awkward defense than a forthright affirmation”.

objetividade a fim de legitimar-se socialmente. No que diz respeito à conversação, a concretização da idéia de objetividade obedece aos parâmetros dos programas, podendo ser negociada um objetivo mais amplo de provocar reflexão, formação de opinião e cidadania. Estes aspectos deverão ser observados nas análises dos programas, assunto desenvolvido na parte seguinte.